

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	87
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.112
Preferenciais	0
Total	97.112
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	3.661.923	3.244.993	2.927.738
1.01	Ativo Circulante	1.163.147	1.042.010	939.442
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.552	31.845	69.656
1.01.02	Aplicações Financeiras	336.807	405.102	174.377
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	336.807	405.102	174.377
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e Recursos Vinculados	336.807	405.102	174.377
1.01.03	Contas a Receber	366.829	311.492	355.136
1.01.03.01	Clientes	365.076	309.742	352.742
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	365.076	309.742	352.742
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.753	1.750	2.394
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	1.753	1.750	2.394
1.01.04	Estoques	9.442	6.339	7.050
1.01.06	Tributos a Recuperar	216.158	184.034	186.580
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	216.158	184.034	186.580
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	182.359	103.198	146.643
1.01.08.03	Outros	182.359	103.198	146.643
1.01.08.03.01	Ativos financeiros setoriais	55.178	4.959	43.131
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	0	8.315	32.005
1.01.08.03.04	Outros créditos	127.181	89.924	71.507
1.02	Ativo Não Circulante	2.498.776	2.202.983	1.988.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	928.859	890.280	805.275
1.02.01.04	Contas a Receber	21.260	19.748	73.525
1.02.01.04.03	Consumidores e concessionárias	21.260	19.748	73.525
1.02.01.07	Tributos Diferidos	63.319	39.191	49.499
1.02.01.07.01	Créditos tributários	63.319	39.191	49.499
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	844.280	831.341	682.251
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	180.707	330.224	303.461
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	127.827	114.620	105.404

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.10.05	Ativo financeiro indenizável da concessão	428.066	291.687	217.816
1.02.01.10.06	Ativos financeiros setoriais	51.843	5.584	0
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	28.237	62.518	29.603
1.02.01.10.09	Outros créditos	27.600	26.708	25.967
1.02.02	Investimentos	336	582	580
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	336	582	580
1.02.03	Imobilizado	27.376	26.998	25.408
1.02.04	Intangível	1.542.205	1.285.123	1.157.033
1.02.04.01	Intangíveis	1.542.205	1.285.123	1.157.033
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	128.301	90.318	83.924
1.02.04.01.04	Intangível	1.413.904	1.194.805	1.073.109

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	3.661.923	3.244.993	2.927.738
2.01	Passivo Circulante	970.408	789.268	964.661
2.01.02	Fornecedores	309.890	247.332	264.641
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	309.890	247.332	264.641
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	283.368	202.182	328.198
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	199.013	91.556	219.193
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	199.013	91.556	104.661
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	114.532
2.01.04.02	Debêntures	84.355	110.626	109.005
2.01.05	Outras Obrigações	377.150	339.754	371.822
2.01.05.02	Outros	377.150	339.754	371.822
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.974	214	380
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	65.955	61.319	71.424
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	14.779	10.770	10.606
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	38.685	20.331	31.796
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	2.458	3.098	4.115
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	11.437	10.445	9.273
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	71.704	115.868	81.953
2.01.05.02.11	Incorporação de redes	0	204	255
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	15.567	19.360	42.828
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	39.817	33.695	34.220
2.01.05.02.15	Encargos do consumidor a recolher	13.227	13.227	13.227
2.01.05.02.16	Arrendamentos operacionais	471	1.371	108
2.01.05.02.17	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	41.023	6.987	48.573
2.01.05.02.18	Outros passivos	45.053	42.865	23.064
2.02	Passivo Não Circulante	1.971.300	1.847.305	1.366.053
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.698.037	1.442.673	966.510
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	588.846	733.815	392.423

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	588.846	294.452	332.830
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	439.363	59.593
2.02.01.02	Debêntures	1.109.191	708.858	574.087
2.02.02	Outras Obrigações	257.289	388.409	384.492
2.02.02.02	Outros	257.289	388.409	384.492
2.02.02.02.03	Fornecedores	8.735	9.340	7.232
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	90.715	78.778	123.254
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego	17.743	20.546	31.227
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	16.375	18.514	13.126
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	5.188	5.017	8.797
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	2.097	0	2.160
2.02.02.02.13	Arrendamentos operacionais	1.149	1.294	527
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	70.071	220.596	197.322
2.02.02.02.15	Outros passivos	45.216	34.324	847
2.02.04	Provisões	15.974	16.223	15.051
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.974	16.223	15.051
2.03	Patrimônio Líquido	720.215	608.420	597.024
2.03.01	Capital Social Realizado	534.717	534.717	534.717
2.03.02	Reservas de Capital	2.438	1.838	1.856
2.03.02.07	Reservas de capital	2.438	1.838	1.856
2.03.04	Reservas de Lucros	185.454	78.537	77.500
2.03.04.01	Reserva Legal	27.060	20.054	12.663
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	158.394	58.483	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	64.837
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.394	-6.672	-17.049

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.699.256	2.350.700	2.242.323
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.190.060	-1.943.097	-1.775.456
3.03	Resultado Bruto	509.196	407.603	466.867
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-176.892	-166.798	-142.865
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151.052	-140.252	-124.870
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.097	5.770	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30.937	-32.316	-17.995
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	332.304	240.805	324.002
3.06	Resultado Financeiro	-150.166	-101.688	-114.824
3.06.01	Receitas Financeiras	87.939	106.387	101.904
3.06.02	Despesas Financeiras	-238.105	-208.075	-216.728
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	182.138	139.117	209.178
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42.024	8.697	-70.550
3.08.01	Corrente	-69.647	13.659	-80.718
3.08.02	Diferido	27.623	-4.962	10.168
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	140.114	147.814	138.628
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	140.114	147.814	138.628
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1.444,47	1.523,86	1.429,15
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1.444,47	1.523,86	1.429,15

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	140.114	147.814	138.628
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.278	10.377	-3.363
4.03	Resultado Abrangente do Período	144.392	158.191	135.265

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	221.861	456.875	384.176
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	475.335	363.021	412.458
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	140.114	147.814	138.628
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	42.024	-8.697	70.550
6.01.01.04	(Receitas) despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	67.144	164.208	77.638
6.01.01.05	Amortização e depreciação	93.766	83.177	75.530
6.01.01.07	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6.028	9.185	6.434
6.01.01.08	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	15.697	9.364	6.328
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	-14.558	20.250	-22.665
6.01.01.11	Ativo financeiro indenizável da concessão	-12.723	-11.943	-8.319
6.01.01.12	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	98.528	-47.947	42.191
6.01.01.13	Perda na alienação de bens do intangível	19.372	17.192	7.662
6.01.01.14	Marcação a mercado de dívidas	19.343	-19.564	17.987
6.01.01.15	Programa de remuneração variável (ILP)	600	-18	494
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-253.474	93.854	-28.282
6.01.02.01	(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias	-64.143	87.318	-68.456
6.01.02.02	(Aumento) diminuição de títulos de créditos a receber	-3	644	-45
6.01.02.03	(Aumento) diminuição de estoques	-3.103	711	156
6.01.02.04	(Aumento) de tributos a recuperar	-13.108	-24.646	-9.457
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-5.156	-1.908	-5.259
6.01.02.09	(Aumento) de outros créditos a receber	-53.681	-45.896	-23.613
6.01.02.10	Aumento (diminuição) de fornecedores	25.287	-4.898	9.869
6.01.02.11	Aumento de impostos e contribuições sociais	118.279	50.887	128.825
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-67.911	-39.866	-58.152
6.01.02.13	Aumento de obrigações estimadas	992	1.172	492
6.01.02.14	Variação dos ativos e passivos setoriais	-205.354	23.898	-13.367
6.01.02.15	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-16.222	-9.118	-6.817
6.01.02.16	Aumento de outras contas a pagar	30.649	55.556	17.542

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-333.250	-481.722	-202.992
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	104.514	-199.022	56.078
6.02.02	Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	-442.601	-288.635	-261.924
6.02.03	Alienação de bens do imobilizado e intangível	4.837	5.935	2.854
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	131.096	-12.964	-161.393
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	509.936	878.538	240.774
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-187.287	-604.014	-202.510
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - juros	-136.878	-148.050	-95.567
6.03.05	Pagamentos de parcelamento de impostos	0	0	-4.727
6.03.06	Recebimento (Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-34.549	10.338	-18.464
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-885	-529	-83
6.03.09	Pagamento de dividendos	-16.437	-146.943	-79.912
6.03.10	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-2.804	-2.304	-904
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.707	-37.811	19.791
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.845	69.656	49.865
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51.552	31.845	69.656

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.838	78.537	0	-6.672	608.420
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.838	78.537	0	-6.672	608.420
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	600	0	-33.197	0	-32.597
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.304	0	-33.304
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	600	0	0	0	600
5.04.10	Dividendos prescritos	0	0	0	107	0	107
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	140.114	4.278	144.392
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.114	0	140.114
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.278	4.278
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	6.482	6.482
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	-2.204	-2.204
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	106.917	-106.917	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	7.006	-7.006	0	0
5.06.06	Reserva de retenção de lucros	0	0	99.911	-99.911	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	2.438	185.454	0	-2.394	720.215

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.856	77.500	0	-17.049	597.024
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.856	77.500	0	-17.049	597.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18	-64.837	-81.940	0	-146.795
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-82.192	0	-82.192
5.04.08	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-64.837	0	0	-64.837
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	-18	0	0	0	-18
5.04.10	Dividendos prescritos	0	0	0	252	0	252
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	147.814	10.377	158.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	147.814	0	147.814
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.377	10.377
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-5.375	-5.375
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	15.752	15.752
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	65.874	-65.874	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	7.391	-7.391	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	58.483	-58.483	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.838	78.537	0	-6.672	608.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	494	-13.091	-66.860	0	-79.457
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-66.860	0	-66.860
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	494	0	0	0	494
5.04.12	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-13.091	0	0	-13.091
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.628	-3.363	135.265
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.628	0	138.628
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.363	-3.363
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	-5.096	-5.096
5.05.02.07	Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	1.733	1.733
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	71.768	-71.768	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	6.931	-6.931	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	64.837	-64.837	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.856	77.500	0	-17.049	597.024

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	4.049.012	3.548.225	3.360.713
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.578.430	3.283.903	3.108.209
7.01.02	Outras Receitas	5.097	5.770	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	471.513	267.737	258.938
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-6.028	-9.185	-6.434
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.295.357	-2.043.832	-1.856.496
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.636.008	-1.596.037	-1.439.231
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-141.049	-133.156	-128.138
7.02.04	Outros	-518.300	-314.639	-289.127
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.753.655	1.504.393	1.504.217
7.04	Retenções	-93.766	-83.177	-75.531
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.766	-83.177	-75.531
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.659.889	1.421.216	1.428.686
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.228	111.575	106.874
7.06.02	Receitas Financeiras	92.228	111.575	106.874
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.752.117	1.532.791	1.535.560
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.752.117	1.532.791	1.535.560
7.08.01	Pessoal	99.308	95.955	85.307
7.08.01.01	Remuneração Direta	55.065	56.216	49.205
7.08.01.02	Benefícios	37.118	33.046	30.285
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.125	6.693	5.817
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.266.351	1.076.380	1.089.779
7.08.02.01	Federais	745.864	554.313	617.536
7.08.02.02	Estaduais	520.086	521.683	471.890
7.08.02.03	Municipais	401	384	353
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	246.344	212.642	221.846
7.08.03.01	Juros	245.837	211.970	220.316
7.08.03.02	Aluguéis	507	672	1.530

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	140.114	147.814	138.628
7.08.04.02	Dividendos	33.197	81.940	131.697
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	106.917	65.874	6.931

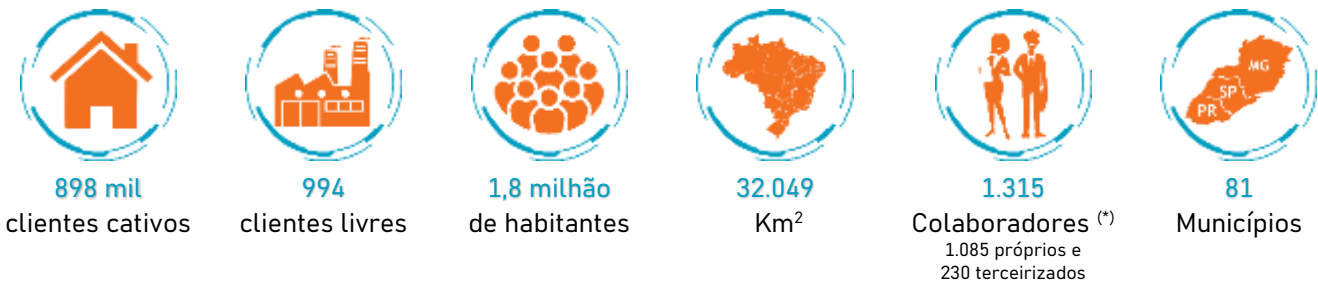
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Presidente Prudente, 12 de março de 2026 – A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional líquida	704,5	622,6	+ 13,2	2.699,3	2.350,7	+ 14,8
Receita operacional líquida ajustada (1)	561,1	559,1	+ 0,3	2.222,8	2.074,9	+ 7,1
Margem bruta ajustada (2)	192,8	146,2	+ 31,9	738,0	621,3	+ 18,8
EBITDA ajustado recorrente (3)	100,0	99,9	+ 0,1	413,3	360,6	+ 14,6
Resultado financeiro	(43,1)	(22,4)	+ 91,8	(150,2)	(101,7)	+ 47,7
Lucro líquido ajustado recorrente (4)	34,5	29,1	+ 18,7	131,7	109,9	+ 19,8
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	898,0	884,6	+ 1,5	898,0	884,6	+ 1,5
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (5)	768,3	827,8	- 7,2	3.062,7	3.274,1	- 6,5
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) – (GWh) (5)	1.248,6	1.264,8	- 1,3	4.927,8	4.937,7	- 0,2
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida ajustada (%)	17,8	9,2	+ 8,6 p.p.	18,6	15,0	+ 3,6 p.p.
Indicadores financeiros – R\$ milhões						
Ativo total	31/12/2025		31/12/2024		Var. %	
	3.661,9		3.245,0		+ 12,8	
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	388,4		436,9		- 11,1	
Patrimônio líquido	720,2		608,4		+ 18,4	
Endividamento líquido	1.538,2		1.273,2		+ 20,8	

(1) Receita líquida ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 RECEITA OPERACIONAL

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita líquida por classe de consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	680,8	632,1	+ 7,7	2.431,2	2.563,8	- 5,2
(+) Suprimento de energia elétrica	10,1	2,7	+ 270,1	75,5	17,6	+ 329,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	(1,8)	15,2	+ 0,0	18,8	(9,5)	+ 0,0
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	150,1	109,4	+ 37,2	511,7	446,2	+ 14,7
(+) Receita de construção de infraestrutura	142,1	59,7	+ 138,1	463,8	263,8	+ 75,8
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	10,7	21,1	- 49,2	207,6	3,9	+ 5.237,5
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	76,0	53,0	+ 43,5	249,8	192,0	+ 30,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,4	3,8	- 64,0	12,7	11,9	+ 6,5
(+) Outras receitas	18,4	15,3	+ 20,3	71,1	58,0	+ 22,6
(=) Receita bruta	1.087,7	912,3	+ 19,2	4.042,2	3.547,7	+ 13,9
(-) Impostos sobre vendas	(220,7)	(195,6)	+ 12,8	(795,0)	(770,8)	+ 3,1
(-) Encargos setoriais	(162,5)	(94,2)	+ 72,6	(547,9)	(426,3)	+ 28,5
(=) Receita líquida combinada	704,5	622,6	+ 13,2	2.699,3	2.350,7	+ 14,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(1,4)	(3,8)	- 64,0	(12,7)	(11,9)	+ 6,5
(-) Receita de construção de infraestrutura	(142,1)	(59,7)	+ 138,1	(463,8)	(263,8)	+ 75,8
(=) Receita operacional líquida ajustada	561,1	559,1	+ 0,3	2.222,8	2.074,9	+ 7,1
(-) Custos e despesas não controláveis	(368,2)	(412,9)	- 10,8	(1.484,7)	(1.453,6)	+ 2,1
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(242,3)	(312,3)	- 22,4	(994,1)	(1.030,7)	- 3,6
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(125,9)	(100,6)	+ 25,1	(490,6)	(422,8)	+ 16,0
(=) Margem bruta ajustada	192,8	146,2	+ 31,9	738,0	621,3	+ 18,8
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	-	48,6	+ 0,0	-	48,6	+ 0,0
(=) Margem bruta ajustada e recorrente	192,8	194,8	- 1,0	738,0	669,9	+ 10,2

3.1 Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.249 GWh, registrando recuo de 1,3% em relação ao ano anterior. Houve recuo em 2 dos 3 meses do trimestre, em meio à temperaturas mais baixas que as observadas no 4T24 e os efeitos do MMD. Vale lembrar que o recuo no 4T ocorreu sobre patamar elevado de consumo nos últimos dois anos, em meio aos efeitos do El Niño no 4T23, com temperaturas acima da média em 4T24, e bom desempenho da indústria, com ampliações e bom desempenho na produção de peças para veículos e produtos de metal.

No tocante aos tipos de mercado, vale destacar o aumento de consumo dos clientes livres, impulsionada por migrações e expansões, sobretudo em clientes industriais e comerciais. No mercado cativo, os clientes que possuem mini e micro geração distribuída tipo I e II também se destacaram, com alta significativa de consumo devido a novos entrantes e os fatores já mencionados - descontando o efeito da compensada dos clientes GD tipo II e III, o mercado ficaria próximo à estabilidade (-3,5%). As classes que direcionaram a queda do consumo foram comercial (-3,8%) e residencial (-1,1%). Por outro lado, a indústria teve alta de 0,7%, com destaque para alimentos.

No acumulado de 2025, o mercado recuou 0,2%, com principalmente na comercial e rural. Além da questão climática, com temperaturas mais amenas que em 2024, também os efeitos de MMD.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Residencial	453,2	458,4	- 1,1	1.781,2	1.761,8	+ 1,1
Comercial	121,3	148,1	- 18,1	495,7	592,2	- 16,3
Industrial	28,1	37,5	- 25,1	117,4	175,4	- 33,0
Rural	66,7	70,6	- 5,6	264,2	302,9	- 12,8
Outros	99,0	113,2	- 12,6	404,2	441,8	- 8,5
1 Mercado Cativo	768,3	827,8	- 7,2	3.062,7	3.274,1	- 6,5
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	94,6	76,5	+ 23,7	342,1	269,5	+ 27,0
Industrial	348,4	336,3	+ 3,6	1.394,9	1.307,3	+ 6,7
Rural	17,3	14,2	+ 21,5	66,3	48,0	+ 38,1
Outros	20,1	10,0	+ 101,8	61,7	38,7	+ 59,4
2 Mercado (TUSD)	480,3	437,0	+ 9,9	1.865,1	1.663,5	+ 12,1
Residencial	453,2	458,4	- 1,1	1.781,2	1.761,8	+ 1,1
Comercial	215,9	224,5	- 3,8	837,8	861,7	- 2,8
Industrial	376,5	373,9	+ 0,7	1.512,4	1.482,7	+ 2,0
Rural	83,9	84,8	- 1,0	330,5	350,9	- 5,8
Outros	119,1	123,2	- 3,3	465,9	480,6	- 3,0
3 Mercado (1+2)	1.248,6	1.264,8	- 1,3	4.927,8	4.937,7	- 0,2
3.1 Compensada GD II/III	62,1	35,1	+ 76,9	198,4	89,1	+ 122,8
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	1.186,5	1.229,7	- 3,5	4.729,4	4.848,6	- 2,5
4 Fornecimento Não Faturado	15,6	22,4	- 30,7	(11,3)	3,3	-
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	1.264,2	1.287,2	- 1,8	4.916,6	4.941,0	- 0,5
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	1.202,0	1.252,1	- 4,0	4.718,1	4.851,9	- 2,8

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou esse trimestre com 897.967 unidades consumidoras cativas, número 1,5% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 994 consumidores livres, apresentando um crescimento de 37,5%.

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado ([clique aqui](#)) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

3.2 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	
6,13	6,10	6,08	-0,15	-0,09	0,58	5,98	6,02	6,66	7,01

3.3 Gestão da inadimplência

3.3.1 Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/25	dez/24	Variação em p.p.
0,20	0,31	- 0,10

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3.2 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/25	dez/24	Variação em p.p.
99,05	99,02	+ 0,03

3.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Abaixo, os resultados de DEC e FEC no trimestre:

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/25	dez/24	Var.(%)	dez/25	dez/24	Var.(%)		
5,34	5,15	+ 3,7	3,20	2,88	+ 11,1	6,74	5,41

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. De acordo com os dados reportados pela ANEEL, a ESS já atingiu a meta estabelecida para o DEC e para o FEC.

4 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	368,2	412,9	- 10,8	1.484,7	1.453,6	+ 2,1
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	242,3	312,3	- 22,4	994,1	1.030,7	- 3,6
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	125,9	100,6	+ 25,1	490,6	422,8	+ 16,0
2 Custos e despesas controláveis	81,4	84,8	- 4,0	298,8	282,8	+ 5,7
2.1 PMSO	76,8	78,1	- 1,6	277,1	264,2	+ 4,9
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	32,7	34,7	- 5,7	122,1	116,8	+ 4,6
2.1.2 Material	5,8	6,4	- 9,3	21,8	22,0	- 0,9
2.1.3 Serviços de terceiros	34,0	31,9	+ 6,5	116,9	109,3	+ 7,0
2.1.4 Outras	4,3	5,0	- 14,3	16,3	16,2	+ 0,5
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
✓ Outros	4,3	5,0	- 14,5	16,2	16,2	+ 0,3
2.2 Provisões/Reversões	4,6	6,7	- 31,5	21,7	18,5	+ 17,1
2.2.1 Contingências	4,9	2,8	+ 74,5	15,7	9,4	+ 67,6
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	(0,3)	3,9	-	6,0	9,2	- 34,4
3 Demais receitas/despesas	38,4	31,6	+ 21,4	119,6	109,7	+ 9,0
3.1 Amortização e depreciação	27,0	21,6	+ 25,4	93,8	83,2	+ 12,7
3.2 Outras receitas/despesas	11,4	10,1	+ 13,0	25,8	26,5	- 2,7
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	488,1	529,3	- 7,8	1.903,2	1.846,1	+ 3,1
Custo de construção de infraestrutura (*)	142,1	59,7	+ 138,1	463,8	263,8	+ 75,8
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	630,1	589,0	+ 7,0	2.367,0	2.109,9	+ 12,2

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5 LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

Segue a composição do lucro líquido considerando os efeitos do VNR:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T25	4T24	Var. %	Var. R\$	2025	2024	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	35,4	61,6	- 42,5	- 26,2	140,1	147,8	- 5,2	- 7,7
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(0,9)	(2,5)	- 64,0	+ 1,6	(8,4)	(7,9)	+ 6,5	- 0,5
(=) Lucro líquido ajustado	34,5	59,1	- 41,6	- 24,6	131,7	139,9	- 5,9	- 8,2
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários	-	(30,0)	-	+ 30,0	-	(30,0)	-	+ 30,0
Provisão de efeitos de geração distribuída	-	32,1	-	- 32,1	-	32,1	-	- 32,1
Juros Selic sobre indêbitos tributários	-	(62,1)	-	+ 62,1	-	(62,1)	-	+ 62,1
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	34,5	29,1	+ 18,7	+ 5,4	131,7	109,9	+ 19,8	+ 21,8

A seguir, o demonstrativo do EBITDA considerando os efeitos do VNR:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T25	4T24	Var. %	Var. R\$	2025	2024	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	101,4	55,1	+ 83,9	+ 46,3	426,1	324,0	+ 31,5	+ 102,1
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(1,4)	(3,8)	- 64,0	+ 2,4	(12,7)	(11,9)	+ 6,5	- 0,8
(=) EBITDA ajustado	100,0	51,4	+ 94,8	+ 48,7	413,3	312,0	+ 32,5	+ 101,3
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários	-	48,6	-	- 48,6	-	48,6	-	- 48,6
Provisão de efeitos de geração distribuída	-	48,6	-	- 48,6	-	48,6	-	- 48,6
(=) EBITDA ajustado recorrente	100,0	99,9	+ 0,1	+ 0,1	413,3	360,6	+ 14,6	+ 52,7

6 ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 492,7 milhões em dezembro frente aos R\$ 307,4 milhões registrados em setembro de 2025.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

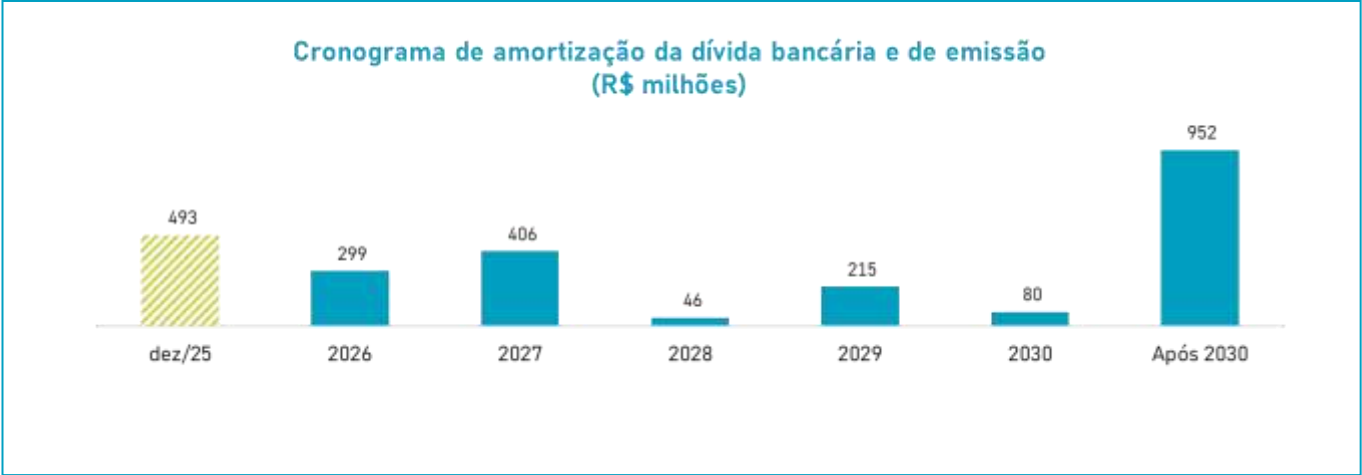
Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025
Circulante	341,2	317,3	214,3
Empréstimos e financiamentos	199,0	195,5	94,8
Debêntures	84,4	71,2	54,1
Encargos de dívidas	15,6	7,9	19,6
Benefícios pós-emprego	2,5	3,1	3,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	39,8	39,6	42,8
Não Circulante	1.689,6	1.452,0	1.604,4
Empréstimos e financiamentos	588,8	584,1	686,8
Debêntures	1.109,2	863,0	921,2
Benefícios pós-emprego	17,7	22,9	22,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(26,1)	(18,0)	(25,7)
Total das dívidas	2.030,8	1.769,3	1.818,7
(-) Disponibilidades financeiras	388,4	224,9	418,1
✓ Caixa e equivalentes de caixa	51,6	32,9	38,9
✓ Aplicações financeiras (Circulante)	336,8	191,9	379,3
Total das dívidas líquidas	1.642,5	1.544,5	1.400,6
(-) Créditos CDE	74,2	73,1	70,4
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	30,1	9,4	7,3
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.538,2	1.461,9	1.322,9
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses ⁽²⁾	3,4x	3,6x	3,4x

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado covenants = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7 INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Ativo Elétrico	165,2	53,2	+ 210,5	480,2	266,8	+ 80,0
Obrigações Especiais (*)	18,2	29,1	- 37,4	42,4	149,2	- 71,6
Ativo não Elétrico	10,2	5,6	+ 81,4	25,3	15,8	+ 60,0
Total dos Investimentos	193,6	88,0	+ 120,0	547,9	431,7	+ 26,9

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8 ASPECTO SOCIOAMBIENTAL

8.1 Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

Com mais de 1.300 colaboradores (entre próprios e prestadores de serviço) e mais de 1.600 clientes, a Energisa Sul-Sudeste se destaca pelo avanço consistente no fortalecimento de sua estratégia de gestão de pessoas, consolidando iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional, à atração e retenção de talentos, à diversidade e inclusão e à promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

Essas ações refletem o compromisso da Companhia com a valorização do capital humano como elemento central para a sustentabilidade do negócio e para a geração de valor de longo prazo.

Principais ações:

- Desenvolvimento de talentos e liderança:** Desenvolvimento contínuo das competências de liderança, com foco em decisões ágeis e estratégicas, além de uma cultura de confiança e inovação;
- Atração e formação de novos talentos:** Foco no desenvolvimento, com ênfase na formação de mão de obra local;
- Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI):** Promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo;
- Compromisso com o futuro:** A Energisa se compromete com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais seguro, inclusivo e orientado ao desenvolvimento contínuo das pessoas;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Saúde, segurança e bem-estar:** A segurança é um valor inegociável para o Grupo Energisa e orienta a condução das operações e a gestão de pessoas.

A segurança é tratada como prioridade estratégica, com atuação estruturada na capacitação de lideranças e equipes, na realização sistemática de inspeções de campo e no uso de ferramentas digitais para registro, acompanhamento de desvios e gestão de planos de ação. A análise de acidentes, auditorias, indicadores e benchmarks gera aprendizados contínuos que subsidiam a tomada de decisão. Esses insumos orientam a consolidação de um roadmap baseado em tecnologia e prevenção, além de soluções para monitoramento e redução de riscos, fortalecendo a governança e a melhoria contínua em toda a cadeia operacional.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores:

Colaboradores	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Liderança	7,0	65,0	72,0	9,72%	9,0	68,0	77,0	11,69%
Não Liderança	148,0	886,0	1.034,0	14,31%	164,0	849,0	1.013,0	16,19%
Total	155,0	951,0	+ 1.106,0	14,01%	173,0	917,0	+ 1.090,0	15,87%

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

N° membros	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Diretoria Estatutária	1,0	6,0	7,0	14,29%	1,0	6,0	7,0	14,29%
Conselho de Administração	-	3,0	3,0	-	-	3,0	3,0	-
Total	1,0	9,0	10,0	10,00%	1,0	9,0	10,0	10,00%

A tabela a seguir, apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia, segmentada por gênero:

Remuneração Anual (Média R\$) ¹	2024		2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Liderança	186.441,0	200.911,2	177.891,7	215.983,6
Não Liderança	51.490,1	45.088,1	52.996,4	46.509,8

¹ Remuneração média anual (R\$) fixa e variável

A Energisa segue com o compromisso de criar uma força de trabalho resiliente e ágil, garantindo a competitividade e o sucesso a longo prazo, com a visão de um futuro em que pessoas e tecnologia caminham juntas para garantir excelência, segurança e sustentabilidade.

8.2 Responsabilidade socioambiental

A Energisa mantém atuação estruturada em iniciativas socioculturais e ambientais, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável nas regiões onde opera.

Essa atuação está inserida na Estratégia de Sustentabilidade da Companhia, desenhada em 2022, que reflete uma trajetória centenária construída de forma orgânica e organizada em três causas prioritárias — Ação pelo Clima, Transformação Energética e Mobilidade Social. A estratégia é desdobrada em cinco objetivos e nove compromissos públicos, por meio dos quais a Companhia também contribui de forma ativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No âmbito social e cultural, a Energisa apoia projetos voltados à valorização das identidades regionais, à preservação da memória local e ao fortalecimento da economia criativa, alinhando seus investimentos à agenda ASG e à promoção da diversidade cultural.

Em 2025, a Energisa Sul-Sudeste destinou aproximadamente R\$ 1,2 milhão a iniciativas de impacto socioambiental, abrangendo programas nas áreas de educação, cultura e esporte, além de projetos direcionados ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar. Esses investimentos contribuem para o fortalecimento do capital social nas comunidades atendidas, ampliando a inclusão, estimulando práticas sustentáveis e consolidando a atuação responsável da Companhia em suas áreas de concessão, em linha com seus compromissos públicos de longo prazo.

Eficiência energética

O Grupo Energisa mantém compromisso permanente com eficiência energética e sustentabilidade, integrando essas frentes à sua estratégia operacional e regulatória. Em 2025, a Energisa Sul-Sudeste destinou R\$ 6,5 milhões ao Programa de Eficiência Energética (PEE), reforçando sua atuação na racionalização do consumo e na promoção de soluções energeticamente mais eficientes em sua área de concessão.

Entre as iniciativas desenvolvidas, destaca-se o projeto Nossa Energia, voltado à educação para o consumo consciente e à substituição de equipamentos ineficientes em comunidades atendidas pela Companhia. No período, foram substituídas aproximadamente 37,0 mil lâmpadas por modelos LED, 160 geladeiras e 3 mil ventiladores, contribuindo para a redução do consumo de energia e para o alívio do orçamento das famílias beneficiadas.

As iniciativas implementadas no âmbito do PEE geram benefícios socioambientais mensuráveis, ao promover o uso eficiente da energia, reduzir desperdícios e contribuir para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, em linha com os compromissos de sustentabilidade da Companhia e com a criação de valor de longo prazo.

Iniciativas socioculturais

No âmbito sociocultural, o Grupo Energisa desenvolve iniciativas alinhadas à agenda ASG, com foco na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento das economias locais nas regiões onde atua. A Companhia apoia manifestações culturais autênticas, incentiva a preservação da memória e fomenta a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, inclusive em biomas sensíveis e territórios de maior vulnerabilidade socioambiental.

A implementação dessas iniciativas ocorre por meio de suas organizações sociais, com destaque para o Instituto Energisa, que atua como braço estruturado de investimento social privado do Grupo. O Instituto tem como propósito potencializar o desenvolvimento dos territórios por meio de projetos educacionais, culturais, sociais e esportivos, promovendo impacto positivo e geração de valor compartilhado.

No segmento cultural, o Instituto Energisa promove ações voltadas ao estímulo das expressões artísticas locais, por meio de programação multilinguagem e inclusiva, fortalecendo cadeias produtivas da cultura e ampliando o acesso da população a bens e serviços culturais.

Complementarmente, o Programa Energisa Cultural, lançado em 2022, apoia projetos culturais em diferentes estados do país, por meio de mecanismos de incentivo fiscal. O Programa opera com fluxo contínuo de inscrição e compõe o portfólio estruturado de investimentos culturais do Grupo, em linha com sua estratégia de sustentabilidade e compromisso de longo prazo com o desenvolvimento regional.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2025, a Energisa concentrou seus esforços em sustentabilidade na gestão da cadeia de fornecedores, reforçando o compromisso com as práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a responsabilidade compartilhada quanto à adoção de padrões sustentáveis por seus parceiros.

Nesse contexto, teve continuidade o Programa Sinergisa, voltado ao desenvolvimento dos fornecedores do Grupo Energisa. A iniciativa contempla avaliações de gestão e a disseminação de práticas e referenciais reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de aprimorar os padrões de materiais e serviços contratados. Além de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

contribuir para a mitigação de riscos na cadeia de suprimentos, o programa estimula a evolução contínua dos processos e da governança dos parceiros.

A Companhia mantém monitoramento sistemático de seus fornecedores, incentivando a adoção de melhorias estruturais em seus processos produtivos, em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, priorizando relações comerciais com parceiros alinhados às melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado ao longo do período, assegurando maior aderência às diretrizes e recomendações ASG.

9 EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

9.2 Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$16,8 milhões, equivalentes a R\$173,658187969 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 29 de junho de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ESS”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM desde 05 de novembro de 2019. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A (“REDE”), e possui sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Sua área de concessão abrange 82 municípios, sendo 71 no estado de São Paulo, 10 municípios no estado de Minas Gerais e 1 município no estado do Paraná, atendendo a 899.995 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I – Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II – Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III – Racionalidade operacional e econômica; e
- IV – Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos Reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à

Notas Explicativas

concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades no cumprimento de indicadores regulatórios ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia – MME.

As informações referentes a reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31.

Notas Explicativas

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias: fornecimento de energia elétrica não faturada e provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais: valores em constituição que serão contemplados no processo de reajuste/revisão tarifária;
- III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão: ativo de contrato;
- V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental: estimativa de perda em processos;
- VIII. Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais: provisão de valores referentes à operação de compra e venda de energia elétrica comprada para revenda;
- IX. Nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e
- X. Nota explicativa nº 32 - Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós-emprego.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Consumidores e concessionárias:** inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o

Notas Explicativas

consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

- c. **Ajuste a valor presente:** determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;
- d. **Tributos a recuperar:** referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais:** referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante):** os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- g. **Transações com partes relacionadas - Remuneração dos administradores:** a remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) – Divulgações de Partes Relacionadas;
- h. **Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado, recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza;

- i. **Ativo financeiro indenizável da concessão:** corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, e foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão;

- j. **Ativo contratual – Infraestrutura em construção:** é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível – contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao Poder Concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável.

Notas Explicativas

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20;

- k. Imobilizado:** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada.

Depreciação: itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- l. Intangível:** compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16) e softwares.

Contratos de concessão do serviço público

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas operações vinculadas ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não poderá ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

Notas Explicativas

Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- *Intangível direito de uso*: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento*: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Softwares

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos;

m. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda

Notas Explicativas

do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

- **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas:** as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais:** os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital:** os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

A Companhia, em conformidade com CPC 01, avaliou os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida e não identificou indicativos de perdas, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida os testes de recuperação não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas nos exercícios findos em 2025 e 2024;

- n. **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

Juros e encargos financeiros: são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório;

- o. **Provisões:** uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

- p. **Dividendos:** os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

- q. **Receita operacional:** as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens

Notas Explicativas

ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização – CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de fornecimento de energia elétrica faturada é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração.

A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários;

- r. **Cobertura de Seguros:** a política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes;

Notas Explicativas

s. Instrumentos financeiros e operações de *hedge*

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente: para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas Explicativas

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

	Classificação e Mensuração
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um

Notas Explicativas

termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias – Nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – Nota explicativa nº 31.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de fornecimento de energia elétrica a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração: os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente: a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Notas Explicativas

Classificação e Mensuração	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Passivos financeiros ao custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em *Swap*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Notas Explicativas

Hedge Accounting

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Para os *hedges* de valor justo, a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 31, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente;

- t. **Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego:** a Companhia patrocina fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde).

Notas Explicativas

Para os planos de suplementação de aposentadoria e pensão, a obrigação líquida da Companhia, dos planos na modalidade Benefício Definido (BD), é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os outros benefícios pós emprego, são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados a serem realizados pela Companhia. A avaliação atuarial desses benefícios é realizada anualmente, pelo método crédito unitário projetado.

Os custos do serviço corrente e do serviço passado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido; e

- u. **Demonstração do valor adicionado:** preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte complementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e crédito de descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração; e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos, estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

5. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	51.552	31.845
Total – circulante	51.552	31.845

Notas Explicativas

5.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	2025	2024
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.698	2
Fundos de investimentos	4.904	5.080
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	207	7.571
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	175	326
Compromissadas	24.903	73.251
Fundo multimercado	36.506	18.143
Fundo de renda fixa	174.918	198.542
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	40.597	42.480
Letra Financeira (LF)	38.737	44.655
Nota de Crédito (NC)	470	964
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	6.247	14.088
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	7.445	-
Total - circulante ⁽²⁾	336.807	405.102

- (1) **Fundos de investimentos exclusivos:** são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco;
- (2) Inclui R\$2.957 (R\$1.111 em 2024) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, conselho do consumidor e garantia de recebíveis, classificados no ativo não circulante, por se tratar de recursos de liquidez não imediata e com vencimento no longo prazo.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale 98,6% (101,6% em 2024) do CDI.

6. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽¹⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2025	2024
Valores correntes:									
Residencial	65.468	-	36.725	2.199	47	394	(3.355)	101.478	85.397
Industrial	15.017	-	1.761	109	140	2.611	(2.615)	17.023	16.459
Comercial	23.064	-	6.417	622	334	1.186	(1.560)	30.063	28.946
Rural	9.411	-	2.797	261	232	363	(372)	12.692	11.330
Poder público	9.383	-	336	1	-	2	(3)	9.719	8.355
Iluminação pública	6.658	-	100	-	-	46	(46)	6.758	5.333
Serviço público	9.231	-	132	-	-	27	(27)	9.363	8.588
Fornecimento não faturado	127.463	-	-	-	-	-	(429)	127.034	108.243
(-) Arrecadação em processo de classificação	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)	(461)
Valores renegociados:									
Residencial	1.547	2.638	888	328	319	4.097	(5.099)	4.718	5.369
Industrial	250	394	24	6	12	784	(820)	650	594
Comercial	1.405	7.868	399	122	154	2.221	(3.132)	9.037	3.884
Rural	232	497	108	25	50	236	(327)	821	838
Poder público	545	56	-	-	-	9	(9)	601	24
Serviço público	31	379	-	-	-	-	-	410	155
(-) Ajuste a Valor Presente ⁽²⁾	(98)	(2.026)	-	-	-	-	-	(2.124)	(1.089)
Subtotal – consumidores	269.594	9.806	49.687	3.673	1.288	11.976	(17.794)	328.230	281.965
Suprimento de energia ⁽³⁾	24.345	-	-	-	-	16.688	-	41.033	30.842
Outros ⁽⁴⁾	16.720	-	-	-	-	416	(63)	17.073	16.683
Total	310.659	9.806	49.687	3.673	1.288	29.080	(17.857)	386.336	329.490
Circulante								365.076	309.742
Não circulante								21.260	19.748

Notas Explicativas

(1) Seguem as variações das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – circulante e não circulante	42.387	39.304
Provisões líquidas constituídas no exercício	6.028	9.185
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(7.327)	(6.102)
Saldos em 2025 e 2024 – circulante e não circulante	41.088	42.387
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	17.857	17.692
Títulos de créditos a receber	762	762
Outros créditos	22.469	23.933

(2) **Ajuste a Valor Presente (AVP):** calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado;

(3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:

Composição do saldo da CCEE	2025	2024
Créditos a vencer	24.345	14.154
Créditos vinculados a liminares (*)	16.688	16.688
Subtotal créditos CCEE	41.033	30.842
(-) Aquisições de energia na CCEE (**)	(27.691)	(8.332)
(-) Encargos de Serviços de Sistema – ESS (**)	(552)	(3.288)
Total créditos (débitos) CCEE	12.790	19.222

(*) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(**) Vide nota explicativa nº 17.

(4) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

7. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	62.264	47.453
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	104.243	100.934
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	45.226	42.838
Contribuições ao PIS e à COFINS	21.467	25.252
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	153.242	289.921
Outros	10.423	7.860
Total	396.865	514.258
Circulante	216.158	184.034
Não circulante	180.707	330.224

(1) Em 13 de maio de 2021, o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$327.223 em 2021, oriundos de ações judiciais transitadas em julgado, em 27 de maio de 2019. Em novembro de 2025, foi efetuada uma baixa em relação ao saldo inicial R\$ 54.530 sendo (R\$29.314 de valor principal e R\$ 25.216 de SELIC), em decorrência do trânsito em julgado da empresa EVP (incorporada da ESS), processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, passando a ser considerado o valor total de R\$297.909. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado de R\$166.977 (R\$178.046 em 2024), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em lei. As compensações realizadas foram de R\$311.644 (R\$215.348 em 2024).

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 01 de julho de 2025, através da Resolução Homologatória nº 3.480, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 12 de julho de 2025. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 19,05%.

8.2. Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

8.3. Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

Notas Explicativas

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2025	2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Verde
Junho	Vermelha Patamar 1	Verde
Julho	Vermelha Patamar 1	Amarela
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Outubro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Os valores reconhecidos no exercício de 2025, contabilizados na atualização financeira credora, foram de R\$490 (R\$335 em 2024).

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

	2025			2024		
	Valores em amortização	Valores em constituição	Total	Valores em amortização	Valores em constituição	Total
Ativos financeiros setoriais						
Circulante	9.125	46.053	55.178	-	4.959	4.959
Não circulante	-	51.843	51.843	-	5.584	5.584
	9.125	97.896	107.021	-	10.543	10.543
Passivos financeiros setoriais						
Circulante	48.311	23.393	71.704	111.412	4.456	115.868
Não circulante	-	5.188	5.188	-	5.017	5.017
	48.311	28.581	76.892	111.412	9.473	120.885
Saldo líquido dos ativos e passivos	(39.186)	69.315	30.129	(111.412)	1.070	(110.342)

Notas Explicativas

	Saldos em 2024	Receita operacional		Remuneração	Crédito Pis/ Cofins	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 2025
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	41.178	65.004	(6.349)	7.546	-	(7.641)	-	99.738
Transporte de energia elétrica - Rede básica	21.050	7.288	(18.924)	863	-	-	-	10.277
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(1.323)	7.095	(2.168)	325	-	-	-	3.929
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	15.895	(2.621)	(9.368)	17	-	(2.951)	-	972
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(4.957)	60.142	(12.366)	4.623	-	-	-	47.442
Transporte de energia elétrica - Itaipu	(899)	(1.841)	467	(149)	-	-	-	(2.422)
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(14.751)	(404)	-	-	-	-	-	(15.155)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(46.604)	23.984	42.888	1.372	-	-	-	21.640
Sobrecontratação de energia	17.508	14.174	(20.094)	(567)	-	(7.508)	-	3.513
Devoluções tarifárias ⁽²⁾	(22.120)	(17.849)	21.112	(469)	-	-	-	(19.326)
CUSD	174	(152)	(116)	(1)	-	-	-	(95)
Exposição de submercados	(450)	6.842	(2.151)	329	-	-	-	4.570
Garantias financeiras	1.859	1.041	(1.564)	117	-	-	-	1.453
Saldo a compensar	(2.701)	938	3.058	132	-	-	-	1.427
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(114.201)	(103.342)	152.906	(5.790)	(73.231)	-	15.824	(127.834)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(110.342)	60.299	147.331	8.348	(73.231)	(18.100)	15.824	30.129

	Saldos em 2023	Receita operacional		Remunera ção	Crédito Pis/ Cofins	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 2024
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(19.338)	33.321	23.907	3.288	-	-	-	41.178
Transporte de energia elétrica - Rede básica	61.059	8.855	(49.048)	184	-	-	-	21.050
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(2.830)	(2.412)	4.005	(86)	-	-	-	(1.323)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	8.563	23.506	(6.120)	662	-	(10.716)	-	15.895
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(4.152)	(1.997)	1.600	(408)	-	-	-	(4.957)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.051	(1.541)	(3.271)	(138)	-	-	-	(899)
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	-	(14.751)	-	-	-	-	-	(14.751)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(18.422)	(67.099)	42.705	(3.788)	-	-	-	(46.604)
Sobrecontratação de energia	84.438	21.380	(75.992)	311	-	(12.629)	-	17.508
Devoluções tarifárias ⁽²⁾	(19.731)	(22.158)	20.402	(633)	-	-	-	(22.120)
CUSD	176	328	(330)	-	-	-	-	174
Exposição de submercados	(121)	(470)	165	(24)	-	-	-	(450)
Garantias financeiras	1.616	1.678	(1.520)	85	-	-	-	1.859
Saldo a compensar	3.539	(3.185)	(3.061)	6	-	-	-	(2.701)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(146.467)	(93.617)	168.610	(5.007)	(33.277)	-	(4.443)	(114.201)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(47.619)	(118.162)	122.052	(5.548)	(33.277)	(23.345)	(4.443)	(110.342)

(1) **Bandeiras Tarifárias CCRBT:** desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$19.549 e R\$1.449 repassados. (R\$23.345 em 2024);

(2) **Devoluções tarifárias:** referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia;

(3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras de energia elétrica, tais como:

Notas Explicativas

Spread da Conta Escassez Hídrica - REN 1.008/2022: no processo tarifário de 2024 da distribuidora, houve o reconhecimento do financeiro Spread da Conta de Escassez Hídrica. O Art. 12 da Resolução Normativa nº 1.008/2022-ANEEL, dispõe sobre o ressarcimento ao consumidor dos custos acessórios nas operações de créditos da Conta Escassez Hídrica por distribuidoras de energia elétrica. O cálculo resultou em um valor de R\$2.216, tendo sido contabilizado ao longo do ciclo tarifário da Companhia;

Créditos do PIS e da COFINS: conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado. O valor reconhecido no processo tarifário em julho de 2025 foi de R\$73.231 (R\$33.277 em julho de 2024);

(3.1) **Recebimentos/Pagamentos:**

Reversão Efeito Decreto nº 10.665/2021 e DSP nº 417/2022 - Reversão Bônus Itaipu: o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a reversão do diferimento negativo considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. O valor pago pelos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$18.146 (R\$9.920 em 2024) irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu;

Repasse CDE Modicidade Eletrobras: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.536, de 23 de maio de 2025, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. O montante recebido em maio de 2025 foi de R\$2.322 (R\$14.363 em abril de 2024).

10. Outros créditos

	2025	2024
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	8.525	5.045
Subvenção CDE - Descontos tarifários ⁽²⁾	65.638	45.894
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	243	243
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	26.853	14.403
Outras ordens em curso ⁽³⁾	5.878	3.786
Adiantamentos a empregados	2.603	1.576
Adiantamentos a fornecedores	543	2.653
Outros créditos a Receber - CELPA ⁽⁴⁾	36.035	36.035
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	(8.435)	(9.327)
Aquisição de crédito fiscais ⁽⁴⁾	21.401	21.401
(-) Provisão na aquisição de crédito fiscais ⁽⁴⁾	(21.401)	(21.401)
Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽⁵⁾	7.251	8.910
Despesas pagas antecipadamente	6.893	5.907
Dispêndios a reembolsar	239	239
Outros ⁽⁶⁾	2.515	1.268
Total	154.781	116.632
Circulante	127.181	89.924
Não circulante	27.600	26.708

(1) **Subvenção - Baixa Renda:** refere-se à subvenção da classe residencial baixa renda, que conforme Lei nº 15.235/2025 são famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita até ½ salário-mínimo e famílias indígenas e quilombolas que possuem desconto único de 100% no consumo menor ou igual a 80 kWh. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2025, com estimativas de recebimento para o próximo exercício, após revisão da ANEEL. Conforme dados históricos, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção baixa renda	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - circulante	5.045	5.907
Subvenção	39.931	32.693
Ressarcimentos	(36.451)	(33.555)
Saldos em 2025 e 2024 - circulante	8.525	5.045

Notas Explicativas

(2) **Subvenção CDE - Descontos tarifários:** refere-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção CDE	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023 - circulante	45.894	12.135
Subvenção	209.885	159.262
Ressarcimentos	(190.141)	(125.503)
Saldo em 2025 e 2024 - circulante	65.638	45.894

- (3) **Outras ordens em curso:** referem-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados;
- (4) **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA:** são valores, líquidos do AVP, que a Companhia tem a receber de créditos das Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A, realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber é atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a.; (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019;
- (5) **Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos:** referem-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste, inclui R\$868 (R\$2.332 em 2024) de provisão para perdas e venda de sucata;
- (6) **Outros:** inclui R\$200 (R\$200 em 2024) referente a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, que detém 99,26% do capital total.

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento (8)	Disponibilização do sistema receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar aval, fiança e debêntures	Saldo a receber (pagar) Disponibilização do sistema
Energisa S/A (1 e 2)	(40.270)	(7.958)	-	(45.054)	(7.122)	(372.225)	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (3)	-	(1.077)	12.239	-	(94)	-	358
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A (4)	(39.678)	-	-	-	(7.590)	-	-
Energisa Soluções S/A (4 e 5)	(10.943)	-	-	-	(60)	-	-
Multi Energisa Serviços S/A (6)	(5.045)	-	-	-	(836)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	73	-	-	2	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(140)	-	-	(1)	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(5.522)	-	-	(363)	-	-

Notas Explicativas

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁸⁾	Disponibilização do sistema receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar aval, fiança e debêntures	Saldos a receber (pagar) Disponibilização do sistema
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	394	-	-	27	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	359	-	-	4	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	77	-	-	7	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	296	-	-	23	-	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(1.121)	-	-	(105)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽⁷⁾	-	10	(241)	-	1	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽⁷⁾	-	13	(203)	-	1	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽⁷⁾	-	11	(208)	-	1	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	22	(402)	-	2	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	9	(105)	-	1	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ⁽⁷⁾	-	-	(5)	-	-	-	-
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	-	(31)	-	-	-	-
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	1	(15)	-	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	19	(725)	-	2	-	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	32	(835)	-	2	-	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ⁽⁷⁾	-	42	(265)	-	3	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	4	-	-	-	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	3	-	-	-	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo - Es Gás	-	10	-	-	1	-	-
Alsol Energias Renováveis S/A ⁽⁹⁾	(89)	-	-	-	-	-	-
Voltz Capital S/A ⁽¹⁰⁾	29	-	-	-	4	-	-
2025	(95.996)	(14.443)	9.204	(45.054)	(16.090)	(372.225)	358
2024	(84.414)	(15.144)	8.316	(22.232)	(16.535)	(353.986)	246

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares: contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$82.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços

Notas Explicativas

de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

- (2) A Companhia efetuou a 3ª, 6ª, 10ª, 11ª e 13ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2025, o valor atualizado é de R\$371.018 (R\$353.986 em 2024).
- Custo do contrato de comissão de aval e fiança, iniciado em maio de 2025, de garantias da controladora Energisa S/A para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 0,95% a.a. para aval e taxa a razão de 0,15% a.a. para fianças. O saldo a pagar no exercício findo em 2025 monta em R\$1.207;
- (3) Refere-se a contratos de CUSD – Contratos de Uso do Sistema de Distribuição;
- (4) Refere-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2028;
- (5) **Contrato de prestação de serviços:** refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027;
- (6) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em março/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;
- (7) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão;
- (8) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022;
- (9) Refere-se a serviços de execução do projeto de P&D, cujo prazo de contratação encerra-se em janeiro/2026; e
- (10) Serviços de arrecadação de valores relativos a produtos/serviços de parceiros e parcelas de dívidas na fatura de energia elétrica.

Remuneração dos administradores

	2025	2024
Remuneração anual ⁽¹⁾	5.235	4.996
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	227	147
Remuneração da Diretoria	2.103	2.027
Outros benefícios ⁽²⁾	1.561	1.615

- (1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2025 foi aprovado na AGO/E de 25 de abril de 2025;
- (2) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2025, foram de R\$91 e R\$3 (R\$86 e R\$3 em 2024), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$22 (R\$21 em 2024).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de ILP. Este plano tem por objetivo: (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração

Notas Explicativas

o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações (*units*) em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026; (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o quarto de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027, e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e dois de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de *performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11)*, que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	5º Programa	6º Programa (Restricted Shares)	6º Programa (Performance Shares)	7º Programa (Restricted Shares)	7º Programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações Extraordinário 2024	7º Programa de Concessão de Ações Matching 2024 - Líderes	8º Programa (Restricted Shares)	8º Programa (Performance Shares)	8º Programa de Concessão de Ações Extraordinário 2025	8º Programa de Concessão de Ações Matching 2025 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações (<i>units</i>) outorgadas	15.441	9.336	9.336	10.944	10.944	3.683	1.010	13.532	13.532	7.426	1.413
Opções de ações (<i>units</i>) prescritas	15.441	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025	08/05/2025	08/05/2025
Data de início <i>vesting</i>	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024	12/05/2025	12/05/2025	12/05/2025	12/05/2025
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	12,55%	N/A	11,09%	N/A	10,97%	N/A	N/A	N/A	13,47%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2025	N/A	DI1J2026	N/A	DI1J2027	N/A	N/A	N/A	DI1J2028	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	34,88%	N/A	28,03%	N/A	27,28%	N/A	N/A	N/A	26,73%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	R\$46,79	R\$48,56	R\$46,79	R\$45,71	R\$45,05	R\$41,38	R\$45,05	R\$45,05
Movimentação	Encerrado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o *Total Shareholder Return TSR* foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado.

Notas Explicativas

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a empresa apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pró rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (units).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi contabilizado o valor de R\$599 (R\$18 revertido em 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas – Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$2.437 (R\$1.838 em 2024).

12. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	54.746	49.499
Contribuição Social	19.709	17.819
Total - ativo não circulante	74.455	67.318
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	(8.188)	(20.682)
Contribuição Social	(2.948)	(7.445)
Total - passivo não circulante	(11.136)	(28.127)
Total líquido - ativo não circulante	63.319	39.191

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	52.854	17.971	45.277	15.394
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	41.088	13.970	42.387	14.412
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	38.469	13.079	51.196	17.407
Provisão para ajustes atuariais	32.471	11.040	39.631	13.475
Provisões para contingências judiciais e administrativas	15.974	5.431	16.223	5.516
Marcação a mercado - derivativos	13.677	4.650	(37.138)	(12.627)
Marcação a mercado - dívida	4.554	1.548	(14.789)	(5.028)
Ajuste a valor presente (AVP)	2.124	722	1.089	370
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(32.751)	(11.135)	(24.918)	(8.472)
Outras diferenças temporárias	17.773	6.043	(3.693)	(1.256)
Total líquido - ativo não circulante	186.233	63.319	115.265	39.191

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2025	-
2026	5.458
2027	6.489
2028	6.664
2029	6.335
2030 a 2032	21.093
Após 2032	28.416
Total	74.455

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	182.138	138.117
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas fiscais nominais	(61.927)	(47.300)
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	2.250	2.115
Incentivo fiscal – Outros ⁽²⁾	4.689	1.426
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(54)	(1.627)
Juros Selic sobre recuperação de indêbitos tributários ⁽³⁾	2.812	4.804
Reconhecimento de indêbitos tributários e outros ⁽³⁾	11.038	47.921
Outros ajustes	(832)	1.358
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(42.024)	8.697
Alíquota efetiva	23,07%	6,25%

(1) Referem-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005;

(2) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), doações/patrocínios culturais, Lei nº 8.313/91 e projetos desportivos, Lei nº 11.438/2006;

(3) **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indêbitos tributários:** a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indêbitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal.

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indêbitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):

Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977. Inclui, ainda, efeitos relacionados aos benefícios pós-emprego, cujas provisões atuariais não são dedutíveis até sua realização financeira, gerando diferenças temporárias e respectivos impostos diferidos, sendo as contribuições efetivamente pagas, inclusive para equacionamento de déficit atuarial, quando formalizado por contrato de confissão de dívida, dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL, observado o limite de 20% da folha, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.532/1997.

Notas Explicativas

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$12.723 (R\$11.943 em 2024).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – não circulante	291.687	217.816
Adições no exercício ⁽¹⁾	123.955	62.122
Baixas no exercício	(299)	(194)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	12.723	11.943
Saldos em 2025 e 2024 – não circulante	428.066	291.687

- (1) Referem-se a transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção;
- (2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual – infraestrutura em construção

	Saldos em 2024	Adição	Transferências			Saldos em 2025
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	142.605	541.140	(366.525)	(139.835)	(239)	177.146
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	52.287	69.371	(56.933)	(15.880)	-	48.845
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	90.318	471.769	(309.592)	(123.955)	(239)	128.301

	Saldos em 2023	Adição	Transferências			Saldos em 2024
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	139.885	416.630	(328.159)	(84.917)	(834)	142.605
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	55.961	149.152	(130.031)	(22.795)	-	52.287
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	83.924	267.478	(198.128)	(62.122)	(834)	90.318

Notas Explicativas

(1) O montante de R\$309.592 (R\$198.128 em 2024) foi transferido para o intangível – contrato de concessão, enquanto o montante de R\$239 (R\$834 em 2024) foi reclassificado para o imobilizado.

15. Imobilizado

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	14.080	-	695	-	-	14.775
Máquinas e equipamentos	11,56%	29.354	-	2.383	(112)	-	31.625
Veículos	14,29%	1.591	-	-	-	-	1.591
Móveis e utensílios	6,25%	8.441	-	92	-	-	8.533
Total do imobilizado em serviço		53.466	-	3.170	(112)	-	56.524
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(1.312)	-	-	-	(477)	(1.789)
Máquinas e equipamentos		(19.799)	-	-	1	(1.702)	(21.500)
Veículos		(203)	-	-	-	(227)	(430)
Móveis e utensílios		(6.599)	-	-	-	(175)	(6.774)
Total da depreciação acumulada		(27.913)	-	-	1	(2.581)	(30.493)
Subtotal do imobilizado		25.553	-	3.170	(111)	(2.581)	26.031
Imobilizado em curso		1.445	2.890	(2.990)	-	-	1.345
Total do imobilizado		26.998	2.890	180	(111)	(2.581)	27.376

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	12.938	-	1.142	-	-	14.080
Máquinas e equipamentos	12,05%	25.356	-	4.001	(3)	-	29.354
Veículos	14,29%	867	-	978	(254)	-	1.591
Móveis e utensílios	6,25%	7.924	-	517	-	-	8.441
Total do imobilizado em serviço		47.085	-	6.638	(257)	-	53.466
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(868)	-	-	-	(444)	(1.312)
Máquinas e equipamentos		(18.092)	-	-	1	(1.708)	(19.799)
Veículos		(128)	-	-	91	(166)	(203)
Móveis e utensílios		(6.438)	-	-	-	(161)	(6.599)
Total da depreciação acumulada		(25.526)	-	-	92	(2.479)	(27.913)
Subtotal do imobilizado		21.559	-	6.638	(165)	(2.479)	25.553
Imobilizado em curso		3.849	3.400	(5.804)	-	-	1.445
Total do imobilizado		25.408	3.400	834	(165)	(2.479)	26.998

(1) Do montante de R\$180 (R\$834 em 2024), R\$239 refere-se a transferências originadas do Ativo contratual – infraestrutura em construção e o montante de R\$59 foi reclassificado para o Intangível – software.

16. Intangível

	2025	2024
Intangível – contrato de concessão	1.374.823	1.160.329
Intangível – direito de uso	1.458	2.398
Intangível – software e outros	37.623	32.078
Total	1.413.904	1.194.805

Notas Explicativas

16.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2025
Intangível em serviço						
Custo	4,15%	2.741.830	366.525	(34.093)	-	3.074.262
Amortização acumulada		(1.230.862)	-	26.560	(114.282)	(1.318.584)
Total do intangível		1.510.968	366.525	(7.533)	(114.282)	1.755.678
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,86%	617.814	56.933	(25)	-	674.722
Amortização acumulada		(267.175)	-	-	(26.692)	(293.867)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		350.639	56.933	(25)	(26.692)	380.855
Total Intangível – contrato de concessão		1.160.329	309.592	(7.508)	(87.590)	1.374.823

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2024
Intangível em serviço						
Custo	4,18%	2.443.769	328.194	(30.133)	-	2.741.830
Amortização acumulada		(1.150.927)	(65)	24.467	(104.337)	(1.230.862)
Total Intangível		1.292.842	328.129	(5.666)	(104.337)	1.510.968
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	487.875	130.031	(92)	-	617.814
Amortização acumulada		(239.757)	(30)	-	(27.388)	(267.175)
Total das obrigações vinculadas à concessão		248.118	130.001	(92)	(27.388)	350.639
Total do intangível – contrato de concessão		1.044.724	198.128	(5.574)	(76.949)	1.160.329

- (1) O montante de R\$309.592 (R\$198.128 em 2024) são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção;
- (2) O montante de R\$7.508 (R\$5.574 em 2024), refere-se às baixas realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;
- (3) A Companhia reconheceu no exercício créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$5.333 (R\$4.930 em 2024) e não inclui o montante de R\$8 (R\$4 em 2024) referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

Obrigações vinculadas à concessão

Os saldos do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2025	2024
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	522.896	452.977
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	200.700	200.700
Reserva para reversão	3.663	4.236
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(293.867)	(267.175)
Total	474.725	432.071
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	45.025	29.145
Ativo contratual – infraestrutura em construção	48.845	52.287
Intangível – contrato de concessão	380.855	350.639
Total	474.725	432.071

Notas Explicativas

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados à concessão;
- (2) Inclui a participação da União com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados ao Programa Luz para Todos e a participação do Governo do Estado.

16.2. Intangível – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - direito de uso						
Custo	14.01%	8.396	394	(140)	-	8.650
Amortização acumulada		(5.998)	-	18	(1.212)	(7.192)
Total do intangível - direito de uso		2.398	394	(122)	(1.212)	1.458

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - direito de uso					
Custo	14,94%	5.317	3.079	-	8.396
Amortização acumulada		(4.744)	-	(1.254)	(5.998)
Total do intangível - direito de uso		573	3.079	(1.254)	2.398

16.3. Intangível – software e outros

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	61.455	-	10.533	-	71.988
Amortização acumulada		(40.530)	-	-	(7.724)	(48.254)
Em curso		11.153	13.210	(10.474)	-	13.889
Total do intangível - software e outros		32.078	13.210	59	(7.724)	37.623

	Taxa média de Amortização	Saldos em 2023	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	60.066	-	1.389	-	61.455
Amortização acumulada		(33.101)	-	-	(7.429)	(40.530)
Em curso		847	11.695	(1.389)	-	11.153
Total do intangível - software e outros		27.812	11.695	-	(7.429)	32.078

Notas Explicativas

17. Fornecedores

	2025	2024
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	162.445	159.244
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	27.691	8.332
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽³⁾	31.998	28.059
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽⁴⁾	552	3.288
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	8.164	8.669
Encargos de conexão ⁽¹⁾	440	960
Materiais, serviços e outros ⁽⁵⁾	87.335	48.120
Total	318.625	256.672
Circulante	309.890	247.332
Não circulante	8.735	9.340

- (1) **Compra de energia elétrica, encargos do uso da rede elétrica e encargos de conexão:** referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e do uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;
- (2) **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;
- (3) **Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS:** refere-se à aquisição de custo de uso de transmissão, com pagamentos até o dia 25 de cada mês depois da publicação do AVD ou em três parcelas sendo nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte;
- (4) **Encargos de Serviços de Sistema - ESS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No exercício findo em 2025, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao exercício de 2024, em decorrência do aumento do PLD no período;
- (5) **Materiais, serviços e outros:** referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda Nacional							
Pós Fixado							
INPC	13.556	-	(2.036)	(603)	1.159	-	12.076
IPCA	214.706	85.500	(16.642)	(13.906)	24.252	-	293.910
CDI	168.714	-	(75.000)	(21.644)	18.742	-	90.812
(-) Custos com captação	(1.562)	-	-	-	411	-	(1.151)
Total em moeda nacional	395.414	85.500	(93.678)	(36.153)	44.564	-	395.647
Moeda Estrangeira							
Dólar	456.259	-	-	(24.588)	(26.376)	-	405.295
Marcação a mercado	(6.942)	-	-	-	-	9.426	2.484
Total em moeda estrangeira	449.317	-	-	(24.588)	(26.376)	9.426	407.779
Total	844.731	85.500	(93.678)	(60.741)	18.188	9.426	803.426
Circulante	110.916						214.580
Não circulante	733.815						588.846

Notas Explicativas

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda nacional								
Pós fixado								
INPC	14.741	-	(1.846)	(658)	1.319	-	-	13.556
IPCA	132.924	85.500	(12.370)	(10.231)	18.883	-	-	214.706
CDI	333.251	9.800	(141.472)	(67.694)	34.829	-	-	168.714
(-) Custos com captação	(1.407)	-	-	-	750	(905)	-	(1.562)
Total em moeda nacional	479.509	95.300	(155.688)	(78.583)	55.781	(905)	-	395.414
Moeda estrangeira								
Dólar	179.618	408.682	(208.682)	(5.344)	81.985	-	-	456.259
Marcação a mercado	(4.683)	-	-	-	-	-	(2.259)	(6.942)
Total moeda estrangeira	174.935	408.682	(208.682)	(5.344)	81.985	-	(2.259)	449.317
Total	654.444	503.982	(364.370)	(83.927)	137.766	(905)	(2.259)	844.731
Circulante	262.021							110.916
Não circulante	392.423							733.815

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos financeiros (% a.a.)	Encargos swap ponta passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) (1)	Taxa efetiva de swap (% a.a.) (2)	Garantias (3)	Covenants (5)
	2025	2024								
BNDES - 20.2.0497-1	119.265	126.693	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,36%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	9.480	10.867	INPC IBGE MENSAL (%) + 4.91%	-	abr/30	Mensal a partir de jan/21	8,81%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I	2.109	2.170	INPC IBGE MENSAL (%) + 4.75%	-	fev/36	Mensal a partir de abr/22	8,65%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	80.965	158.875	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas OP	487	519	INPC IBGE MENSAL (%) + 5.04%	-	dez/32	Mensal a partir de jan/23	8,94%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0333-1	174.645	88.013	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	9.847	9.839	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custos com captação	(1.151)	(1.562)								
Total em Moeda Nacional	395.647	395.414								
SANTANDER Loan - CCB (2)	101.880	114.654	USD + 5.40%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,74%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 (2)	257.802	290.219	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 - 06122024 (2)	45.613	51.386	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,62%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado da Dívida (4)	2.484	(6.942)								
Total em Moeda Estrangeira	407.779	449.317								
Total	803.426	844.731								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 31;

(2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 31;

Notas Explicativas

- (3) A = Aval Energisa S/A, R = Recebíveis e FB = Fiança Bancária;
- (4) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 31);
- (5) **Condições de covenants:** o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações trimestrais consolidadas da controladora final Energisa S/A, conforme abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 31). Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2025	2024
US\$ x R\$	-11,14%	27,90%
CDI	14,32%	10,88%
IPCA	4,26%	4,83%
INPC	3,90%	4,77%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	335.031
2028	25.350
2029	25.350
2030	23.858
Após 2030	179.257
Total	588.846

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda nacional								
Pós fixado								
CDI	358.580	-	(60.000)	(42.474)	43.867	-	-	299.973
IPCA	482.772	440.000	(33.609)	(33.663)	63.098	-	-	918.598
(-) Custos com captação	(14.021)	-	-	-	2.490	(15.564)	-	(27.095)
Marcação a mercado	(7.847)	-	-	-	-	-	9.917	2.070

Notas Explicativas

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2025
Total	819.484	440.000	(93.609)	(76.137)	109.455	(15.564)	9.917	1.193.546
Circulante	110.626							84.355
Não circulante	708.858							1.109.191

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda nacional								
Pós fixado								
CDI	346.212	165.000	(150.000)	(46.393)	43.761	-	-	358.580
IPCA	333.803	220.000	(89.644)	(17.730)	36.343	-	-	482.772
(-) Custos com captação	(6.381)	-	-	-	1.899	(9.539)	-	(14.021)
Marcação a mercado	9.458	-	-	-	-	-	(17.305)	(7.847)
Total	683.092	385.000	(239.644)	(64.123)	82.003	(9.539)	(17.305)	819.484
Circulante	109.005							110.626
Não circulante	574.087							708.858

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de títulos emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos swap ponta passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽³⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2025	2024										
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.561	4.370	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,37%	14,82%	SG	NA
Debêntures 4ª Emissão Série Única	-	32.948	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 5ª Emissão	-	62.654	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	15,47%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	9.472	9.077	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	8,49%	-	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	73.168	70.117	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	16,12%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão	100.037	95.838	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814%	jan/32	Anual a partir de jan/30	10,36%	15,13%	A	2
Debêntures 8ª Emissão	126.897	125.233	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	15,92%	-	A	2
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	6.485	6.202	13/09/2023	5.789 / 5.789	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de ago/26	10,43%	-	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	40.600	38.822	13/09/2023	36.211 / 36.211	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de ago/26	10,71%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	24.381	23.308	15/04/2024	22.450 / 22.450	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Anual a partir de ago/26	10,42%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	29.934	28.616	15/04/2024	27.550 / 27.550	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Anual a partir de ago/26	10,66%	-	SG	NA
Debêntures 12ª Emissão	173.076	170.693	04/09/2024	165.000 / 165.000	CDI + 0.80%	-	set/29	Anual a partir de ago/27	15,12%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão	182.417	173.474	14/09/2024	170.000 / 170.000	IPCA + 6.44%	-	set/34	Final	10,70%	-	SG	NA
Debêntures 14ª Emissão	204.354	-	15/05/2025	200.000 / 200.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,055%	mai/35	Final	11,56%	14,38%	A	2
Debêntures 15ª Emissão	145.923	-	15/10/2025	144.000 / 144.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49%	14,07%	A	NA

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de títulos emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos swap ponta passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽³⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2025	2024										
Debêntures 15ª Emissão	97.266	-	15/10/2025	96.000 / 96.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	11,37%	14,13%	A	2
(-) Custos de captação	(27.095)	(14.021)										
Marcação à Mercado da Dívida	2.070	(7.847)										
Total	1.193.546	819.484										

- (1) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 31;
- (2) A = Aval Energisa S/A, SG = Sem Garantia;
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025;
- (4) **Condições de covenants:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações trimestrais consolidadas da controladora final Energisa S/A, conforme abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	(1) Menor ou igual a:	Trimestral e Anual
	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	
	(2) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para as demais emissões	

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	70.742
2028	21.077
2029	189.297
2030	55.699
Após 2030	772.376
Total	1.109.191

20. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	120.462	105.105
Encargos sociais	9.044	8.353
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	7.161	14.817
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.058	2.424
Contribuições ao PIS e à COFINS	12.064	6.828
Impostos e contribuições retidos na fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	2.560	1.776
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.318	794
Outros	3	-
Total	156.670	140.097
Circulante	65.955	61.319
Não circulante	90.715	78.778

Notas Explicativas

- (1) Inclui: (i) R\$89.681 (R\$78.009 em 2024) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante.

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021, o STF manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Em maio de 2020, agosto de 2021, fevereiro de 2022 e maio de 2023, transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, decisão favorável no processo da CFLQ, EBR, ENA e ESS, empresas incorporadas em 2017. O processo da EDEVP (incorporada em 2017) no qual discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS está em andamento.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME reconheceu em 2021, o montante de R\$411.872, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022, a Lei nº 14.385, que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei, também prevê que a ANEEL deverá promover nos processos tarifários, a destinação integral em proveito dos usuários de serviços públicos, afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado, que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes, e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB.

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após a habilitação dos créditos perante a RFB.

Notas Explicativas

O resumo dos impactos são como segue:

	2025	2024
Saldos 2024 e 2023	227.583	245.895
Baixa Trânsito em Julgado EVP ⁽¹⁾	(54.530)	-
Saldos em 2024	173.053	-
Atualização dos outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	11.994	15.593
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(722)	(628)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos consumidores ⁽¹⁾	(73.231)	(33.277)
Saldos 2025 e 2024	111.094	227.583
Circulante	41.023	6.987
Não circulante	70.071	220.596

⁽¹⁾ Em novembro de 2025, a Companhia realizou uma baixa de créditos de Pis e Cofins sobre a base de ICMS devido ao trânsito em julgado do processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, o qual determinou uma glosa parcial dos créditos que haviam sido apurados pela Companhia, gerando uma baixa de R\$ 54.530, sendo R\$ 29.314 referentes ao registro inicial e R\$ R\$25.216 referentes a atualização monetária. Para os créditos registrados, a Companhia possuía passivo correspondente, referente aos montantes a serem repassados aos consumidores, o qual também foi baixado na mesma proporção não impactando o resultado da Companhia.

22. Encargos setoriais e incorporação de redes

22.1. Encargos setoriais

	2025	2024
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5.610	1.853
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT ⁽¹⁾	715	644
Ministério de Minas e Energia – MME ⁽¹⁾	358	322
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL ⁽¹⁾	2.870	740
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D ⁽¹⁾	20.239	16.497
Programa de Eficiência Energética – PEE ⁽¹⁾	25.268	18.789
Total	55.060	38.845
Circulante	38.685	20.331
Não circulante	16.375	18.514

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa Selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para a CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 – Outros créditos – Ordens de serviço em curso – PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

22.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao

Notas Explicativas

pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Os saldos de incorporação de rede são atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e incidência de juros, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - circulante	204	255
Adições	870	346
Atualização monetária e juros	(189)	132
Pagamentos	(885)	(529)
Saldos em 2025 e 2024 - circulante	-	204

23. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos, decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental.

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - não circulante	9.719	6.504	-	16.223	15.051
Provisões e reversões líquidas	6.373	9.280	44	15.697	9.364
Pagamentos realizados	(7.337)	(8.841)	(44)	(16.222)	(9.118)
Atualização monetária	217	59	-	276	926
Saldos em 2025 e 2024 - não circulante	8.972	7.002	-	15.974	16.223

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$127.827 (R\$114.620 em 2024) e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) pedidos de horas extras/reflexos; (ii) adicional de periculosidade; e (iii) sobreaviso, além de processos envolvendo discussão sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa; (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova; e (ix) ações de regresso.

Notas Explicativas

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	6.871	75.681	126.954	497	14	210.017	111.878
Novos processos	15	2.719	54.480	-	-	57.214	48.262
Mudanças de prognóstico e valor do pedido	(3.025)	(53.640)	4.199	-	244	(52.222)	44.737
Encerramento de processos	(801)	(2.538)	(36.706)	-	-	(40.045)	(6.730)
Atualização monetária	459	2.826	19.819	70	2	23.176	11.870
Saldos em 2025 e 2024	3.519	25.048	168.746	567	260	198.140	210.017

Abaixo, apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) pedidos de horas extras/reflexos; e (ii) adicional de periculosidade, além de processos envolvendo discussão sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa; (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova; (ix) ações de regresso; e (x) utilização de faixa de domínio.

Principal processo:

Processo	Tipo	Objeto	2025	2024
1019659-89.2020.8.26.0482	Ação Declaratória	Ação ajuizada pela concessionária de rodovia com objetivo de cobrança de anuidade pelo uso e ocupação de faixa de domínio de rodovias. Além do pedido do reconhecimento da legalidade da cobrança, a Fernão Dias pleiteia o pagamento retroativo da ocupação. Pela distribuidora, entendemos que a cobrança é ilegal, por se tratar de ocupação de bem público (rodovias), com finalidade de prestação de serviço público (fornecimento de energia). Processo teve o prognóstico alterado para remoto após reavaliação de risco realizada pelos consultores jurídicos.	-	51.644

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se, basicamente, a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização; e (iii) saldo negativo de IRPJ/CSLL.

Principal processo:

Notas Explicativas

Processo	Tipo	Objeto	2025	2024
4.034.268-2	Auto de infração	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da subclasse baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva).	36.146	31.710
4.140.041-0	Auto de infração	Auto de infração lavrado em razão do suposto creditamento indevido de ICMS, mediante escrituração em seu registro de entradas de notas fiscais emitidas a título de apropriação de crédito pela aquisição de bens integrados ao Ativo Imobilizado (CFOP 1.604), sem comprovação de origem, pois não localizados os documentos fiscais e/ou seus itens correspondentes. Discussão encerrada na esfera administrativa e iniciada na esfera judicial no processo 1076078-82.2025.8.26.0053.	-	23.892

Regulatória

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, decorrente principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

Ambiental

Discussões sobre suposto descumprimento de preceitos ambientais.

24. Outros passivos

	2025	2024
Folha de pagamento	-	271
Participações de empregados e administradores	9.442	9.532
Outros benefícios a empregados	657	1.346
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	648	156
Retenção de caução contratual	543	446
Créditos de consumidores	12.955	11.818
Bônus de redução voluntaria do consumo	295	296
Taxas - Faturamento	1.549	1.551
Repasse - Doação	173	214
Outras contas a pagar ⁽¹⁾	64.007	51.559
Total	90.269	77.189
Circulante	45.053	42.865
Não circulante	45.216	34.324

(1) Inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em 2024), representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2024) todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

25.2. Reserva de capital

Refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$2.438 (R\$1.838 em 2024), vide nota explicativa nº 11.

25.3. Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

25.4. Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

Em 2025, o montante de R\$99.912(R\$58.483 em 2024) foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

25.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	140.114	147.814
Dividendos prescritos	107	252
Reserva legal (5%)	(7.006)	(7.391)
Lucro líquido ajustado	133.215	140.675
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	33.304	35.169
Valores pagos em 23 de julho de 2024 – R\$406,377245654 por ação ordinária	-	39.464
Valores pagos em 23 de setembro de 2025 – R\$169,28633412 por ação ordinária ⁽¹⁾	16.440	-
Valores pagos em 22 de novembro de 2024 – R\$439,98966 por ação ordinária	-	42.728
Dividendos a pagar – correspondem a R\$173,658187969 por ação ordinária	16.864	-
Total dos dividendos	33.304	82.192
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	58%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 07 de agosto de 2025, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

25.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros Resultados Abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	(6.672)	(17.049)
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	6.482	15.752
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	(2.204)	(5.375)
Saldo em 2025 e 2024	(2.394)	(6.672)

Notas Explicativas

26. Receita operacional

	2025			2024		
	Nº de Consumidores (1)	MWh (1)	R\$	Nº de Consumidores (1)	MWh (1 e 2)	R\$
Residencial	780.646	1.658.420	1.400.082	764.928	1.707.402	1.378.012
Industrial	4.328	111.867	111.744	4.079	172.674	157.639
Comercial	63.873	453.124	448.070	64.817	572.880	520.142
Rural	40.041	246.360	189.660	41.628	295.267	212.717
Poder público	7.612	130.911	112.125	7.582	139.718	114.232
Iluminação pública	871	141.077	73.276	762	147.940	70.441
Serviço público	1.416	118.404	96.249	1.329	144.955	110.624
Consumo próprio	174	4.129	-	178	4.223	-
Subtotal	898.961	2.864.292	2.431.206	885.303	3.185.059	2.563.807
Suprimento de energia a concessionárias	-	237.772	75.450	-	194.407	17.558
Fornecimento não faturado líquido	-	(11.264)	18.845	-	3.330	(9.471)
Disponibilidade do sistema de distribuição	1.034	-	511.669	704	-	446.234
Receita de construção da infraestrutura (3)	-	-	463.781	-	-	263.842
Penalidades regulatórias	-	-	(3.790)	-	-	(3.967)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	12.723	-	-	11.943
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	207.630	-	-	3.890
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	249.816	-	-	191.955
Outras receitas operacionais	-	-	74.881	-	-	61.954
Total - receita operacional bruta	899.995	3.090.800	4.042.211	886.007	3.382.796	3.547.745
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	520.007	-	-	521.341
PIS	-	-	49.059	-	-	44.493
COFINS	-	-	225.970	-	-	204.936
ISS	-	-	1	-	-	7
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	8.614	-	-	8.078
Encargos de consumidor - Procel	-	-	2.153	-	-	2.019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	524.078	-	-	403.691
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.107	-	-	4.038
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	4.307	-	-	4.038
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	2.153	-	-	2.019
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	2.506	-	-	2.385
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.342.955	-	-	1.197.045
Total - receita operacional líquida	899.995	3.090.800	2.699.256	886.007	3.382.796	2.350.700

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes;

(2) **MWh**: refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MGD do tipo II/III;

(3) **Receita de construção da infraestrutura**: está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores, são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza dos gastos	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	994.110	-	-	-	994.110	1.030.727
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	490.625	-	-	-	490.625	422.842
Pessoal e administradores	-	86.298	26	31.521	117.845	113.260
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	-	600	600	(18)
Benefícios pós-emprego	-	2.702	-	988	3.690	3.540
Material	-	15.061	162	6.563	21.786	21.995
Serviços de terceiros	-	44.294	-	72.640	116.934	109.259
Depreciação e amortização	-	81.915	-	11.851	93.766	83.177
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	-	6.028	-	-	6.028	9.185
Provisão para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental	-	-	-	15.697	15.697	9.364
Custo de construção da infraestrutura	-	-	463.781	-	463.781	263.842
Outros	-	5.058	-	11.192	16.250	16.176
Total	1.484.735	241.355	463.970	151.052	2.341.112	2.083.349

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWh ⁽¹⁾		Valores em R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia de Itaipú – Binacional	697.472	717.787	194.632	183.188
Energia de Leilão ⁽²⁾	1.427.452	1.590.448	358.785	398.896
Energia Bilateral	587.644	584.543	204.931	196.707
Cotas de Angra – Resolução Normativa nº 530/2012	139.674	141.595	42.697	47.912
Energia de curto prazo – CCEE ⁽³⁾	20.293	2.252	99.303	120.165
Cotas Garantia Física – Resolução Homologatória nº 1410/2013	565.899	692.015	135.070	135.995
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia – PROINFA	65.767	72.059	60.629	47.232
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(101.937)	(99.368)
Total	3.504.201	3.800.699	994.110	1.030.727

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Em 2025, inclui o valor de R\$10.494 (48.581 em 2024) de créditos relacionados a geração distribuída;

(3) Inclui demais custos sendo: os efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – EER.

28. Outros resultados

	2025	2024
Outras receitas		
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	4.726	5.770
Outras	371	-
	5.097	5.770
Outras despesas		

Notas Explicativas

	2025	2024
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(24.098)	(22.962)
Outras	(6.839)	(9.354)
Total	(30.937)	(32.316)
	(25.840)	(26.546)

29. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	36.219	31.703
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	27.437	28.368
Juros de energia vendida – CCEE	77	192
Atualização financeira – ativos financeiros setoriais	9.730	(3.655)
Juros Selic s/impostos a recuperar	4.784	22.203
Atualização monetária de depósitos judiciais	8.051	7.308
(-) Tributos sobre receitas financeiras – PIS e COFINS	(4.289)	(5.188)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(11.069)	19.585
Outras	16.999	5.871
Total receitas financeiras	87.939	106.387
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas – juros	(142.768)	(125.680)
(-) Transferência para ordens em curso	7.732	3.895
Encargos de dívidas – variação monetária cambial	15.125	(94.089)
Marcação a mercado da dívida	(19.343)	19.564
Juros e multas	(1.820)	(2.699)
Ajuste a Valor Presente – AVP	(377)	471
Instrumentos financeiros derivativos	(98.528)	47.947
Despesas bancárias/IOF	(5.792)	(1.604)
Atualização saldo a aplicar de PEE e P&D	(2.383)	(1.906)
Marcação a mercado de derivativos	14.558	(20.250)
Atualização financeira – passivos financeiros setoriais	(1.382)	(1.893)
Atualização de provisão para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental	(276)	(926)
Juros e atualização monetária de incorporação de redes	189	(2.501)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	14.458	(15.593)
Plano de saúde – atuário	(2.765)	(3.528)
Outras	(14.733)	(9.283)
Total despesas financeiras	(238.105)	(208.075)
Despesas financeiras líquidas	(150.166)	(101.688)

30. Lucro por ação

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício	140.114	147.814
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais – R\$⁽¹⁾	1.442,81	1.523,86

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

31.1. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

Notas Explicativas

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$12.723 (R\$11.943 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		51.552	51.552	31.845	31.845
Consumidores e concessionárias		386.336	386.336	329.490	329.490
Títulos de créditos a receber		1.753	1.753	1.750	1.750
Ativos financeiros setoriais		107.021	107.021	10.543	10.543
		546.662	546.662	373.628	373.628
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	336.807	336.807	405.102	405.102
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	428.066	428.066	291.687	291.687
Instrumentos financeiros derivativos	2	28.237	28.237	70.833	70.833
		793.110	793.110	767.622	767.622

PASSIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		318.625	318.625	256.672	256.672
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		961.814	964.613	1.214.898	1.214.898
Arrendamentos operacionais		1.620	1.620	2.665	2.665
Passivos financeiros setoriais		76.892	76.892	120.885	120.885
		1.358.951	1.358.951	1.595.120	1.595.120
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	41.914	41.914	33.695	33.695
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	1.035.158	1.035.158	449.317	453.402
		1.077.072	1.077.072	483.012	487.097

31.2. Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Notas Explicativas

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$9.917 devedor (R\$17.305 em 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no exercício, para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas, resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$9.426 devedor (R\$2.259 em 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado financeiro.

31.3. Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	1.996.972	1.664.215
Caixa e equivalentes de caixa	(51.552)	(31.845)
Dívida líquida	1.945.420	1.632.370
Patrimônio líquido	720.215	608.420
Índice de endividamento líquido	2,70	2,42

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

Notas Explicativas

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (% a.a.)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		309.890	-	-	-	8.735	318.625
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,28%	88.711	321.672	708.036	685.179	1.580.922	3.384.520
Instrumentos Financeiros Derivativos		23.517	16.300	(4.104)	(4.843)	(17.193)	13.677
Total		422.118	337.972	703.932	680.336	1.572.464	3.716.822

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Notas Explicativas

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	51.552	31.845
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	336.807	405.102
Consumidores e concessionárias	6	386.336	329.490
Ativos financeiros setoriais	9	107.021	10.543
Títulos de créditos a receber	-	1.753	1.750
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	428.066	291.687
Instrumentos financeiros derivativos	31	28.237	70.833

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2025, excluído os efeitos dos custos com captação é de R\$2.025.218(R\$1.679.798 em 2024), onde R\$407.779 (R\$449.317 em 2024) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 18 e 19.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com redução de 11,14% sobre 31 de dezembro de 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 31 de dezembro de 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2025 foi de 10,12%, enquanto em dezembro de 2024 foi de 14,51%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2025	2024
Ativo circulante	-	8.315
Ativo não circulante	28.237	62.518
Total do ativo	28.237	70.833
Passivo circulante	39.817	33.695
Passivo não circulante	2.097	-
Total do passivo	41.914	33.695

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Essas proteções estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
	(USD)	Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 – Santander	18.007	USD + 6,38%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	45.784	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	8.271	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao

Notas Explicativas

Notional de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
ABC Brasil	193.617	IPCA + 7,30%	CDI + 0,055%	15/05/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	144.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como Fair Value Option, vigentes em 2025 e 2024:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para Fair Value Option	408.682	408.682	Moeda estrangeira – USD	(407.792)	(449.262)
Swap Cambial (Derivativo)	408.682	408.682	Posição ativa		
			Moeda estrangeira - USD	407.792	449.262
			Posição passiva		
			Taxa de juros CDI	(432.107)	(426.267)
			Posição líquida Swap	(24.315)	22.995
			Posição líquida da dívida + Swap	(432.107)	(426.267)

A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com variação da taxa de juros dos empréstimos como hedge de valor justo Fair Value Hedge, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de <i>hedge</i>) ⁽¹⁾	517.594	114.649	Taxa pré-fixada	(555.224)	(125.647)
			Posição ativa		
			Taxa pré-fixada	555.282	134.094
			Posição passiva		
Swap de Juros (Instrumento de <i>Hedge</i>) ⁽¹⁾	517.594	114.649	Taxa de juros CDI	(544.644)	(119.951)
			Posição líquida <i>Swap</i>	10.638	14.143
			Posição líquida da dívida + <i>Swap</i>	(544.586)	(111.504)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como Fair Value Hedge são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia, em 2025 e 2024; foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas nas notas explicativas nº 18 e 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como

Notas Explicativas

a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

31.4. Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de em 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações trimestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda estrangeira	(408.682)		(368.835)	(460.822)	(552.808)
Variação da dívida	-		39.847	(52.140)	(144.126)
Swap cambial					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros					
Derivativos	407.792	Alta Câmbio	367.945	459.932	551.918
Variação	-		(39.847)	52.140	144.126
Posição passiva					
Instrumentos financeiros					
Derivativos - Taxa de juros CDI	(432.107)		(432.107)	(432.107)	(432.107)
Subtotal	(24.315)		(64.162)	27.825	119.811
Total líquido	(432.997)		(432.997)	(432.997)	(432.997)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim *Focus* divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$432.997 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações trimestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda local - Taxa de juros	(517.594)		(517.594)	(517.594)	(517.594)
Swap de juros					
Posição ativa					
Instrumentos financeiros Derivativos	555.282	Alta CDI	555.282	555.282	555.282
- Pré					
Posição passiva					
Instrumentos financeiros Derivativos	(544.644)		(544.644)	(662.936)	(810.475)
- CDI					
Variação - CDI	-		-	(118.292)	(265.831)

Notas Explicativas

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Subtotal	10.638		10.638	(107.654)	(255.193)
Total líquido	(506.956)		(506.956)	(625.248)	(772.787)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do CDI futuro do último boletim *Focus* divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de IPCA é mantida constante e a curva de CDI é recalculada.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em 31 de dezembro de 2025 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	336.807	Alta CDI	41.259	51.574	61.889
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(432.107)	Alta CDI	(52.933)	(66.166)	(79.400)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(390.785)	Alta CDI	(47.871)	(59.839)	(71.807)
	(1.214.578)	Alta IPCA	(51.741)	(64.676)	(77.612)
	(12.076)	Alta INPC	(471)	(589)	(707)
Subtotal ⁽²⁾	(2.049.546)		(153.016)	(191.270)	(229.526)
Total (Perdas) ⁽²⁾	(1.712.739)		(111.757)	(139.696)	(167.637)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025, IPCA 4,26% ao ano e INPC 3,90% ao ano;

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$24.328.

32. Benefícios pós-emprego

32.1. Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde

	Plano de Saúde	Plano de Previdência		Total Plano de Previdência	Total	
		Contratos de dívida			2025	2024
		Plano BD	Plano CD			
Total	20.201	2.596	9.480	12.076	32.277	37.200
Circulante	2.457	227	2.020	2.247	4.704	5.042
Não circulante	17.744	2.369	7.460	9.829	27.573	32.158
Benefícios pós-emprego					20.201	23.644
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					12.076	13.556

32.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida

Notas Explicativas

não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33 (R1)/ IAS19.

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev – Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Elétricas BD	BD	Fechado	01/08/1986	Assegura benefícios suplementares: . Aposentadoria por tempo de serviço/idade . Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença . Aposentadoria especial . Abono anual . Pensão por morte e pecúlio por morte
Plano Elétricas OP	CV	Fechado	01/01/1999	Renda Mensal, com reversão aos beneficiários . Pecúlio por Invalidez ou Morte
Plano Risco	BD	Fechado	01/08/1986	. Suplementação da aposentadoria por invalidez . Suplementação do auxílio-doença . Abono Anual . Suplementação da pensão por morte . Pecúlio por morte
Plano Energisa Sudeste	CV	Fechado	01/07/1981	. Complementação de aposentadoria por tempo de serviço . Complementação de aposentadoria por idade . Complementação de aposentadoria por invalidez . Complementação de pensão por morte . Complementação de abono anual . Aposentadoria . Benefício por Invalidez . Pensão por Morte
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	. Aposentadoria . Benefício por invalidez . Pensão por morte

O custeio do plano de Risco é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	2025	2024
Ativos	986	971
Autopatrocinados	3	3
Benefício Proporcional Diferido – BPD	29	21
Assistidos	236	256
Total	1.254	1.251

32.3. Situação financeira dos planos de benefícios definido – avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2025, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) /IAS 19 – Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

Notas Explicativas

a. Número de participantes/beneficiários

	2025			2024		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCOS	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCOS
Ativos	-	-	12	-	-	15
Aposentados	57	12	3	61	13	3
Beneficiários pensionistas	63	4	6	60	3	5
Total	120	16	21	121	16	23

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

	2025			2024		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO
I - Premissas Biométricas ⁽¹⁾						
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Fraca)	N/A	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	N/A	LIGHT (Fraca)
Tábua de Inválidos ⁽³⁾	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	N/A	N/A	Família Média Padrão	N/A	N/A	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	7,33%	7,33%	7,12%	6,79%	6,79%	6,71%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,62%	11,62%	11,40%	11,06%	11,06%	10,97%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,62%	11,62%	11,40%	11,06%	11,06%	10,97%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	N/A	N/A	2,19%	2,19%	N/A	2,19%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Relatório de Estudo de Aderência Biométrico;
(2) Tábuas específicas por sexo;
(3) Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1) /IAS 19.

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Notas Explicativas

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) /IAS 19 e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir, apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Ativo	2025				2024			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	21.274	5.202	3.431	29.907	20.872	1.414	3.029	25.315
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(1.872)	3.508	238	1.874	(596)	4.010	375	3.789
Retorno esperado dos ativos do plano	2.275	557	359	3.191	2.336	160	333	2.829
Contribuições do empregador	249	79	1	329	403	74	31	508
Contribuições dos participantes do plano	337	166	-	503	323	87	-	410
Benefícios pagos	(2.105)	(1.031)	(353)	(3.489)	(2.064)	(543)	(337)	(2.944)
Valor justo dos ativos em 2025 e 2024	20.158	8.481	3.676	32.315	21.274	5.202	3.431	29.907

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Obrigação	2025				2024			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	18.022	4.952	3.620	26.594	20.127	1.414	3.883	25.424
Custo do serviço corrente	-	-	1	1	-	-	1	1
Custo dos juros	1.915	530	380	2.825	2.249	160	431	2.840
Contribuições de participantes	337	166	0	503	323	87	-	410
(Ganhos)/Perdas atuariais	(697)	3.076	32	2411	(2.613)	3.834	(358)	863
Benefícios pagos	(2.105)	(1.031)	(353)	(3.489)	(2.064)	(543)	(337)	(2.944)
Valor presente das obrigações em 2025 e 2024	17.472	7.693	3.680	28.845	18.022	4.952	3.620	26.594

Posição Líquida dos planos	2025				2024			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos	20.158	8.481	3.676	32.315	21.274	5.202	3.431	29.907
Valor presente das obrigações	(17.472)	(7.693)	(3.680)	(28.845)	(18.022)	(4.952)	(3.620)	(26.594)
Posição Líquida	2.686	788	(4)	3.470	3.252	250	(189)	3.313
Limite do Ativo	(2.686)	(788)	-	(3.474)	(3.252)	(250)	-	(3.502)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	-	-	(4)	(4)	-	-	(189)	(189)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras:

Movimentação dos Saldos	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	189	854
Efeito em Outros Resultados Abrangentes - ORA	(206)	(660)
Contribuição do empregador	(1)	(105)
Efeito no resultado do exercício	22	100
Posição líquida em 2025 e 2024	4	189

Notas Explicativas

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2026 segundo os critérios do CPC 33 (R1) /IAS 19:

	2026
Custo do Serviço Corrente	1
Custo dos juros	400
Retorno dos Ativos do Plano	(400)
Juros sobre o Excesso ao Valor Justo dos Ativos	1
Total da despesa bruta a ser reconhecida	1

d. Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Elétricas	2025			2024		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO
Investimentos:						
Títulos Públicos	77,61%	78,05%	70,29%	75,07%	74,03%	73,96%
Créditos Privados e Depósitos	0,00%	0,00%	0,00%	1,02%	1,35%	0,73%
Fundos de investimentos	22,37%	21,75%	29,21%	23,89%	23,87%	24,66%
Operações com participantes	0,02%	0,20%	0,51%	0,02%	0,73%	0,65%
Total dos Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%

e. Análise de sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,5% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Plano Beneficiário	2025			2024		
	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
ELÉTRICAS BD	17.473	18.032	16.941	18.022	18.378	17.676
ELÉTRICAS OP	7.693	7.939	7.458	4.952	5.113	4.798
RISCO	3.680	3.799	3.567	3.620	3.739	3.508

32.4. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pós pagamento:** as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação;
- Pré pagamento:** as contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de

Notas Explicativas

manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 2025, as despesas com o plano de saúde foram de R\$15.239 (R\$15.171 em 2024). Inclui R\$333 (R\$588 em 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2025	2024
Valor presente das obrigações no início do exercício	23.644	35.327
Custo do serviço corrente	333	588
Custo dos juros	2.765	3.526
Perdas (ganhos) atuariais - ORA	(6.541)	(15.797)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	20.201	23.644
Circulante	2.457	3.098
Não Circulante	17.744	20.546

Demonstração das despesas para o exercício de 2026, segundo critérios do CPC33 (R1) /IAS 19:

	2026
Custo do serviço corrente	122
Custo dos juros	2.335
Total de despesa a ser reconhecida	2.457

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025		2024	
	BRADESCO	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,27%	7,40%	7,40%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,56%	11,70%	11,70%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	11,50%	10,00%	-	-
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

Notas Explicativas

33. Cobertura de seguros

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2026	50.000	101	115
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	60	60
Riscos Operacionais	22/06/2026	90.000	929	1.508
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000	610	494
Auto Frota	23/10/2026	Até R\$1.000/veículo	77	76
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	71.444	198	193
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	17	40
Transporte Nacional	30/07/2026	Até R\$5.000/viagem	4	7
Responsabilidade do Explorador ou Transporte – R.E.T.A (Drones)	30/06/2026	1.158/drone	4	4
			2.000	2.497

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia – reais mil ⁽¹⁾					
Vigência	2026	2027	2028	2029	Após 2029
2026 a 2054	862.630	816.288	810.803	807.010	7.190.755

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os mesmos foram homologados pela ANEEL.

35. Meio ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Cruzetas: a Companhia vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas (ecológicas), feitas de polietileno e fibra natural, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2025, foram utilizadas 17.288 (17.113 em 2024) cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 6.158 peças no montante de R\$ 1.015 (9.316 em 2024, no valor de R\$ 1.615) e em expansão de rede o valor de R\$ 1.777 (R\$ 1.233 em 2024) para 11.130 peças (7.797 peças em 2024);
2. Redes isoladas/protegidas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Nas redes de média tensão próximas a arborização são usados cabos protegidos (rede compacta). Em 2025, foram acrescidos 789,53 km de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta (712 km em 2024), correspondendo a 22,83% de redes protegidas e isoladas (21,29% em 2024). Até o mês de dezembro de 2025 o total investido em redes isoladas/compactas foi de R\$ 15.572 (R\$ 3.482 em 2024);
3. A Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei Federal nº 12.305/2010. Dentre estas ações, destacam-se a coleta seletiva, o recolhimento, descarte e destinação correta dos papeis e papelões, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), toners e lâmpadas. Em 2025 os papéis e

Notas Explicativas

papelões foram destinados à reciclagem, com peso aproximado de 157 ton (179 ton em 2024). Quanto aos resíduos perigosos e EPI's o descarte foi realizado por empresa especializada e devidamente licenciada. Em 2025 foram coletados 60 ton de resíduos perigosos (15,76 em 2024), sendo 0,22 ton de pilhas e baterias (3,7 ton em 2024) e 295 lâmpadas (355 em 2024). O custo para o descarte foi em torno de R\$ 142 (R\$ 86 em 2024). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos "Recicláveis" e "Não Recicláveis";

4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal para obtenção das Autorizações de Poda de Árvores em Áreas Urbanas. Durante o ano de 2025, foram realizados Treinamentos para Intervenção em Vegetação e Cuidados com a Fauna, incluindo também Orientação para Uso dos Kits de Mitigação, com as equipes próprias e terceirizadas que executam tais atividades. Tanto os treinamentos quanto as reciclagens são realizados quinzenalmente, no formato online, por profissional devidamente habilitado. Em 2025 o valor gasto com a consultoria foi de R\$ 13,95 (R\$ 9,59 em 2024);
5. A Companhia mantém convênio com empresa especializada em Monitoramento Climático responsável pela informação quanto às descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia. Em 2025 não houve despesa para a manutenção do projeto (R\$ 0,00 em 2024);
6. Para Compensação Ambiental das intervenções em vegetação nativa isolada e em Área de Preservação Permanente (APP), previamente autorizadas, relacionadas à construção de novos empreendimentos de distribuição, conforme previsto em lei, foram implantados projetos para plantios de mudas de árvores nativas em áreas dos estados de São Paulo e MG, doação de mudas aos municípios e realizada compensação ecológica. Foi executado o plantio de 17.317 mudas de espécies nativas (9.177 em 2024) em uma área de 10,4 ha (5,51 ha). Foi investido um valor total de R\$ 757,52 (R\$ 543 em 2024) em Projetos de Compensação Ambiental e Ecológica;
7. Para manter suas redes e linhas de distribuição afastadas da vegetação e com segurança para a fauna, a Companhia mantém um amplo Programa de Poda e Limpeza de Faixas. Os serviços em áreas urbanas são realizados pelas equipes próprias, dentre as diversas atividades de manutenção que estas equipes realizam. Neste caso são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos resíduos da poda, possibilitando a utilização dos resíduos em Projetos Sociais e Acadêmicos. Para a execução desta manutenção na área rural, são contratadas empresas especializadas, além das equipes da própria distribuidora. Em 2025 a Companhia desembolsou aproximadamente R\$ 17.140 (R\$ 15.975 em 2024) para a realização destes serviços essenciais para a operação confiável e segura do sistema elétrico de distribuição, sempre com respeito ao meio ambiente e com compromisso com a sustentabilidade;
8. A Companhia mantém um amplo programa de acompanhamento e descontaminação de suas instalações incluindo PCBS (bifenilas policloradas) eventualmente existentes em transformadores bem como quando da ocorrência de eventuais vazamentos de óleo mineral isolante ao solo. Em 2025 foi desembolsado um valor equivalente a R\$ 1.900 (R\$ 128 em 2024);
9. Em 2019 a Companhia iniciou a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), integrando a Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho e o Meio Ambiente, conforme diretrizes das normas ISO 9001, 45001 e 14001, respectivamente. Em dezembro de 2019 foi realizada a auditoria interna. Em fevereiro de 2020, a Companhia passou por auditoria externa conduzida pela Fundação Vanzolini, com o objetivo de pleitear a certificação das Normas ISO 14001 e 45001. O escopo da certificação definido de forma estratégica pela alta direção foi: "Manutenção de Redes e Linhas na Distribuição de Energia Elétrica". A Companhia foi certificada no ano de 2020 e em março de 2021 foi realizada a primeira auditoria externa de manutenção, para avaliação da continuidade e eficácia do Sistema de Gestão Ambiental e Saúde e Segurança do Trabalho, onde ambos são integrados ao Sistema de Gestão da Qualidade, compondo o SGI da Energisa Sul-Sudeste, sendo mantido o Certificado da ESS. O valor investido em 2025 foi de R\$73 (R\$ 81 em 2024);
10. Na contratação de serviços e fornecedores são avaliados aspectos relacionados à conduta ambiental e social. São contratados somente serviços e empresas que atuem em conformidade com o Código de Conduta das empresas do Grupo Energisa. Os parceiros e clientes são informados sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente visando sempre preservar a vida. Todos os terceirizados

Notas Explicativas

passam por reuniões de “Integração” com a área de meio ambiente e com o SESMT da Energisa Sul-Sudeste. Em 2025 foram integrados 1.476 colaboradores terceirizados (720 em 2024);

11. Em relação às Medidas Preventivas de Controle da Emissão de Ruído nas Subestações de energia, a ESS tem contrato com uma empresa que realiza as medições de ruído na fonte e no entorno desses empreendimentos, garantindo assim a qualidade de vida dos moradores do entorno das SE's em consonância com os requisitos legais aplicáveis. Para as novas SE's, são realizadas medições antes da implantação e após a energização dos transformadores. Para as SE's em operação, são realizadas medições sempre que há substituição ou instalação de transformadores. Em 2025 foram gastos R\$ 24 (R\$ 129 em 2024) no monitoramento de ruído ambiental;
12. Como Medida Preventiva e de Controle da Contaminação do Solo e da Água, as novas Subestações de Energia (SE's) são construídas com bacias de contenção nos transformadores de energia e reguladores de tensão. Nas Subestações em operação, essa medida preventiva e de controle é adotada sempre que ocorre a implantação de um destes equipamentos. Em 2025 foram investidos R\$ 2.352 (R\$ 1.047 em 2024) com obras desta natureza em 13 Subestações (7 em 2024) localizadas na área de concessão da ESS. Também foram adquiridos kits de mitigação para áreas específicas como Almoxarifados, Leitura, SE's, polos e viaturas, para serem utilizados sempre que necessário. Em 2025 foram gastos R\$ 58 (R\$ 45 em 2024);
13. As ações de Educação Ambiental são realizadas com colaboradores próprios e terceiros. Além da Integração de Meio Ambiente, onde recebem informações e orientações relacionadas ao compromisso com a sustentabilidade e com a preservação do meio ambiente, semanalmente o BIA – Boletim Informativo Ambiental é elaborado e divulgado para todos os colaboradores próprios através de reuniões de DSS, grupos de WhatsApp, Yammer, grupos de e-mail e monitores distribuídos nas áreas administrativas. O mesmo conteúdo também é enviado a todos os contratados para que divulguem internamente, no intuito de sensibilizar a cadeia de valor;
14. As Inspeções Ambientais são realizadas frequentemente em toda a empresa. Para garantir a continuidade desta ação, a área de meio ambiente formou um time de Agentes Ambientais, distribuídos por todas as regionais, que realizam inspeções em sua área de atuação registrando as irregularidades encontradas em planilha no FORMS. Tais irregularidades são encaminhadas aos respectivos gestores para regularização com prazo para envio das evidências. As inspeções com terceirizados com contrato de C&M (Construção e Manutenção) e STC (Serviço Técnico Comercial) são realizadas em conformidade com as diretrizes do PEP (Programa Empreiteiro Padrão). Trata-se de um programa de melhoria contínua com objetivo de evoluir a qualidade do canteiro de cada empreiteiro. Em 2025 foram realizadas 24 inspeções de avaliação do PEP (25 em 2024), distribuídas em 12 canteiros (13 Canteiros em 2024);
15. Para obtenção de licenças e autorizações ambientais para suas atividades, a Companhia contrata consultoria para elaboração de estudos, laudos e relatórios, conforme legislação aplicável. Para todos os equipamentos utilizados para intervenção em vegetação obtém-se a LPU – Licença para Porte e Uso de Motosserras / Motopodas. No caso da ESS, os equipamentos são cadastrados e licenciados junto ao IBAMA, para uso em toda sua área de concessão, e ao IEF, para uso no estado de Minas Gerais. O valor gasto com cadastros, licenças, autorizações, estudos, laudos, relatórios e outras taxas ambientais em 2025 foi de R\$ 1.203 (R\$ 306 em 2024);
16. Toda intervenção em vegetação pode impactar direta ou indiretamente na fauna. Para garantir o compromisso com a preservação do meio ambiente, com Respeito à Fauna, a empresa mantém convênio com a APASS – Associação Protetora de Animais Silvestres, localizada em Assis / SP. A APASS é uma Associação sem fins Lucrativos, não governamental e de defesa dos Direitos Sociais, que atua na defesa do meio ambiente, em especial à fauna Silvestre, Educação Ambiental, Ação Social e Atividades de apoio técnico / científico. Em 2025 o desembolso financeiro para essa Associação foi de R\$ 106 (R\$ 51 em 2024). Ainda em respeito à fauna, para resgate e manejo de abelhas, vespas e maribondos em instalações e equipamentos, a companhia mantém contrato com profissionais treinados e devidamente habilitados. Para essa ação, em 2025 foram gastos R\$ 40 (R\$ 19 em 2024);
17. Reuso da Água - A Companhia investe em novas tecnologias para garantir seu compromisso com a sustentabilidade. Para otimizar e reduzir o consumo de água, instalou dispositivos para captação da água dos aparelhos de ar-condicionado que possibilitam armazenar a água resultante do processo de resfriamento do

Notas Explicativas

ar, que posteriormente é utilizada para manutenção e limpeza das áreas externas das unidades. Em 2025 foi investido R\$ 0,35 (em 2024 não houve investimento);

18. Como medida preventiva de contaminação do ar com GEE gerados pela sua frota, durante os deslocamentos para realizar as atividades diárias, a Companhia mantém contrato com empresas terceirizadas que fazem a Manutenção Preventiva da Frota. Dentre os serviços contratados, está o Monitoramento da Fumaça Preta dos veículos movidos à diesel. Em 2025 foram inspecionados 589 veículos da frota estando todos em conformidade com os requisitos legais aplicáveis (204 em 2024);
19. Em 2025 a Companhia investiu R\$ 6,52 em Projetos de Eficiência Energética (R\$ 3,72 em 2024). O valor foi investido em substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas Led para clientes residenciais baixa renda, através do projeto Nossa Energia, que além da substituição dos equipamentos, realiza palestras educativas em escolas estaduais e municipais sobre o uso correto e seguro da energia elétrica. Em clientes do poder público e comércio e serviços, foram substituídas lâmpadas obsoletas por lâmpadas de Led e realizado instalação de sistemas fotovoltaicos, proporcionando economia para essas instituições que podem aplicar melhor esse recurso para outros fins. Para o Projeto Piloto Biomassa que será implantado em 2026, foram adquiridos o gerador e a caldeira no ano de 2022. Em 2023 foi executada a obra civil e obtidas as respectivas licenças ambientais. Já em 2024, foram instalados o gerador, a caldeira e a cobertura metálica. Este Projeto consiste na geração de energia a partir de resíduos triturados gerados a partir da execução das podas em árvores em contato com a rede de energia;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes investidos nos projetos acima descritos e práticas totalizaram R\$ 41.828 (R\$24.959,72 em 2024), sendo R\$ 3.097 (R\$ 586 em 2024) alocados no ativo intangível e R\$ 38.731 (R\$ 25.545,72 em 2024) em despesas operacionais. Com o PEE foram investidos R\$ 6,52.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2025	2024
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	123.955	62.122
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	12.723	11.943
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	56.435	19.769
Incorporação de redes	870	346
Arrendamento mercantil	272	3.079
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	56.435	19.769
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	870	346
Intangível	272	3.079

37. Eventos subsequentes

37.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Notas Explicativas

37.2. Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$16.864, equivalentes a R\$173,658187969 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.
Presidente Prudente - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia

Por que é um PAA?

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e a disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais

Por que é um PAA?

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos

e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos e ajustes imateriais não corrigidos relacionadas ao reconhecimento da provisão para riscos. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando a sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 12 de março de 2026.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Guilherme Damiance Souza
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 12 de março de 2026.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Guilherme Damiance Souza
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” SP